



GRUPO MITRELLI OBRIGADO A ACELERAR

Centralidades a todo o vapor a 6 meses das eleições

HABITAÇÃO. O Governo quer que a maioria das centralidades em construção seja entregue até antes das eleições. E, para isso, a Kora, empresa do Grupo Mitrelli no ramo da construção, tem “ordens superiores” para não parar aos fins de semana. Julho é o mês do arranque das inaugurações. Pág. 9

GPL NÃO RESPONDE

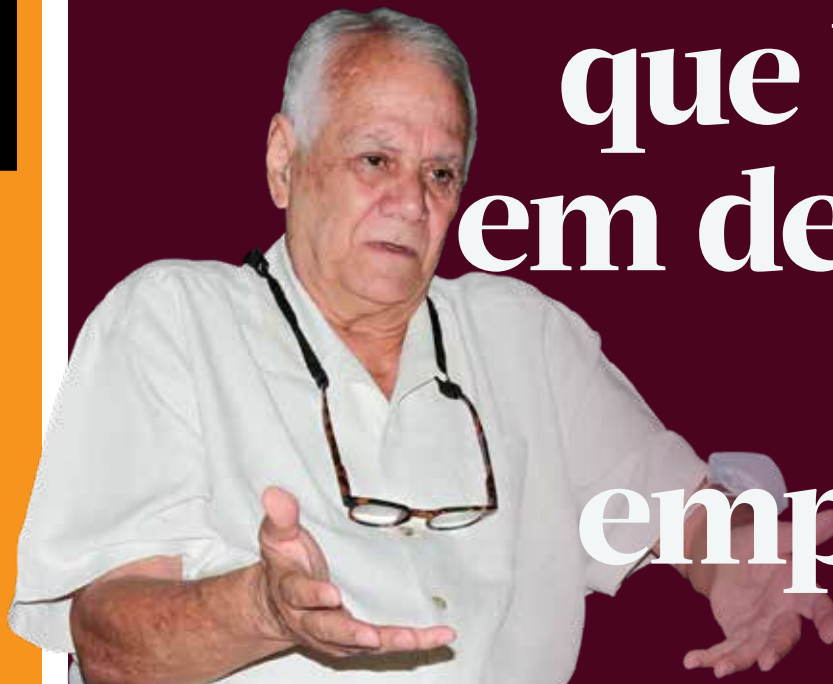
Taxistas ameaçam com nova paralisação

Pág. 16



PAULO MÚRIAS, ACCIONISTA DA UNIVERSIDADE LUSÍADAS

“Continua a ser um círculo restrito que beneficia em detrimento da classe empresarial”



Págs. 4 a 7

PETRÓLEO

Receita média da concessionária sobe 40%

Pág. 8

NÃO RECEBEM PASSAGEIROS DESDE 2018

Terminais marítimos ‘afundam’ há 4 anos

TRANSPORTES. Inaugurados há quase oito anos, os terminais marítimos de passageiros do Kapossoca e do Museu da Escravatura, em Luanda, perderam o fulgor em 2018 quando deixaram de receber passageiros. O Governo abriu concurso público para passar a gestão aos privados e, enquanto os novos gestores não chegam, os espaços vão ficando ao abandono. Págs. 10 e 11



O DESPREZO DA HUMANIDADE E O FRACASSO DA INTELIGÊNCIA

É uma afirmação garantidamente consensual. Seja quais forem os argumentos que a suportem, uma guerra é sempre uma guerra; uma guerra é a legitimação da barbárie, por isso deve ser contestada. Todavia, a obrigação moral de condenação de uma guerra não pode levar à omissão colectiva do raciocínio sobre as suas causas de fundo. Afinal, tal como também é lugar-comum afirmar-se, a guerra é genericamente consequência do falhanço da política. Mais ao detalhe, é o desprezo da humanidade e o fracasso da inteligência; é o triunfo do egoísmo e da arrogância.

Assim com as invasões norte-americanas, francesas e inglesas em África e na Ásia, o caso do conflito que opõe a Rússia à Ucrânia não introduz excepção à regra. Como faz questão de lembrar um dos intelectuais públicos mais respeitados do nosso tempo, qualquer indivíduo esclarecido na liderança da Rússia tem de ter a Ucrânia como uma preocupação central, no quesito da segurança. Particularmente, a partir do momento em que a Ucrânia expõe ambições de tornar-se membro pleno de um bloco militar que tem justamente na agenda o desmantelamento da Rússia. Isto não quer dizer obviamente que Noam Chomsky apoie a invasão russa.

Mas, em nome da honestidade intelectual, sente-se na obrigação de questionar a prevalecente narrativa ocidental, ao recordar ao mundo que a guerra de hoje radica em conflitos mais complexos. Ou, em termos mais precisos e recentes, segundo Chomsky, tem raízes na manutenção e expansão da NATO, quando o seu par soviético (o Pacto de Varsóvia) desapareceu há mais de 30 anos.

Chomsky até poderia ter recuado um pouco mais se quisesse. Para situar o problema pelo menos no momento em que norte-americanos e soviéticos não permitiram que as Nações Unidas passassem a ser o centro de gravidade de gestão da Nova Ordem Mundial, precisamente com a criação da NATO, em 1949, e o Pacto de Varsóvia, em 1955. Mas, é claro, a omissão deste detalhe pelo linguista americano é perfeitamente compreensível. Porque, indepen-

dente do período para o qual se remetem as raízes do conflito, a questão central se mantém: no limite do raciocínio, esta guerra é uma consequência de tudo e não uma causa de nada.

Dito isto, não nos podemos esquecer do que acontece em África. Aliás, a União Africana que se levanta para condenar a Rússia não pode ser levada a sério, pela aversão crónica que tem ao espelho. É esse medo de olhar para si própria que a mantém surda, calada e muda, quando muitos dos seus próprios 'líderes' continuam insistentemente a conduzir os países para zonas de conflito. Ora com fraudes eleitorais; ora com golpes constitucionais; ora com o silenciamento da oposição, dos críticos e da imprensa independente; ora com a partidarização das instituições; ora com a roubalheira da riqueza pública; ora com tudo e mais alguma coisa. Enfim...



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Editora Executiva Adjunta: Isabel Dinis
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi
Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Opinião: Alves da Rocha, António Vieira, Carlos Rosado de Carvalho, Ernest & Young, Gong Tao (embaixador chinês)
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel
Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



TOMÁS FARIA,
presidente da mesa da OCPCA

O que muda com o regulamento de controlo da qualidade da OCPCA?

Aprovámos dois instrumentos que representam o primeiro passo para que os técnicos inscritos na Ordem exerçam funções com maior transparência, sob pena de penalizações severas, em caso de incumprimento. É uma forma de trabalharmos sem constrangimentos.

E que constrangimentos têm identificado?

Com o controlo de qualidade, pensamos que os profissionais da área estarão regularmente acompanhados para se aferir até que ponto o trabalho que realizam é feito com a qualidade necessária. Prestamos serviços a clientes que devem ter a qualidade exigida pela Ordem. Também deve estar conformado com as normas das organizações internacionais, em que se destaca a Federação Internacional de Contabilista.

O surgimento da Comissão de Mercado de Capitais alterou alguma coisa?

O facto de a CMC ter aprovado, recentemente, um regulamento segundo o qual as empresas que queiram ser cotadas em bolsa devem ter as contas assinadas e auditadas por um perito contabilista constitui outro importante instrumento para dar celeridade à regulamentação-

01
TERÇA - FEIRA

A Sociedade Mineira de Catoca anuncia a facturação, durante o exercício de 2021, de mais de 200 milhões de dólares. A gestão angolana obteve o melhor resultado dos últimos cinco anos da companhia diamantífera.

23
QUARTA - FEIRA

Angola participa no fórum dos países exportadores de gás (CECF). O país é representado pelo embaixador nos Emirados Árabes Unidos (EAU), Albino Malungo.

24
QUINTA - FEIRA

O ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, afirma que Angola vai ser o próximo pólo mineiro e um destino atractivo para investimentos, pelo potencial mineral existente, oportunidades de negócio e regime fiscal favorável.



SEGUNDA-FEIRA

Como medida de retaliação aos ataques de Moscovo contra a Ucrânia, os líderes dos principais governos da União Europeia e os Estados Unidos aprovam a retirada de vários bancos russos do Swift.

25
SEXTA - FEIRA

A Bolsa de Dívida e Valores de Angola (Bodiva) anuncia que vai vender, em bolsa, o capital social das acções do Banco Angolano de Investimentos (BAI), no primeiro semestre deste ano.



26
SÁBADO

O Banco de Fomento Angola (BFA) disponibiliza 10 milhões de dólares para o financiamento de projectos nas áreas da agricultura, pecuária, pescas e exploração de madeira no Uíge.



27
DOMINGO

Os importadores nacionais, na categoria dos 'Grandes Contribuintes', são incluídos na plataforma electrónica da Bloomberg 'FXGO', pelo Banco Nacional de Angola para negociarem a compra de moeda estrangeira com os bancos comerciais.



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM CONTÍNUA ALTA...

O petróleo segue com ganhos de mais de 10% com o fracasso das negociações entre a Rússia e a Ucrânia para o fim da guerra. O Brent, referência às exportações angolanas, seguia, na tarde desta terça-feira, com ganhos de 8,02% para os 105,93 dólares. Já o WTI avançava a subir 9,67% para os 105,03 dólares.



MINÉRIOS SEGUEM POSITIVOS...

Os minérios terminaram a sessão de terça-feira no positivo. O ouro avançou 2,2400% nas entregas para Abril ao negociar a 1.943,3 dólares por onça troy. Já a prata subiu 4,5%, nas entregas para Maio, para os 25,4 dólares por onça troy. O cobre ganhou 3,1% nas entregas para o mesmo período, negociando a 4,5 dólares a libra-peso.

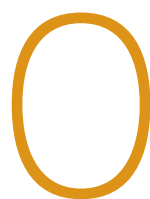
Entrevista

PAULO MURIAS, EMPRESÁRIO

“Moçâmedes tem todas as condições para ser a capital do vinho em Angola”

O empresário e ex-basquetebolista garante que, se dependesse dos bancos, teria desistido do projecto da produção do vinho, cujo lançamento foi feito na semana passada. Acredita que Moçâmedes tem todas as condições para ser a capital do vinho em Angola. Detentor de 50% da Universidade Lusíada, defende que o Estado deveria subsidiar os estudantes das instituições privadas em vez de investir nas universidades públicas.

Por César Silveira



O que o motivou a investir na produção de vinho?

Foi um investimento que fiz há cerca de 20 anos. Adquiri

uma fazenda no Namibe e, a partir daí, identifiquei as culturas que já tinham alguma tradição naquela zona. Aquela região foi a única, em Angola, no tempo colonial, em que se fazia vinha e oliveira. Acontece que, nessa altura, o Salazar só permitia que se fizessem uvas e azeitonas de mesa com medo da concorrência com a metrópole porque a vinha lá em baixo (Namibe) dá duas vezes ao ano, enquanto, nos climas frios, só uma vez. Comecei primeiro pelas

oliveiras, mas até hoje ainda não consegui. Tenho lá 14 mil pés, o que não é pouco, mas ainda não consegui que produzissem. Na zona, ainda há algumas oliveiras antigas que também tiveram um abaixamento forte da produção. Ainda não compreendemos bem este fenómeno, estamos a tentar identificar para tentar corrigir.

E a aposta na vinha?

Como as oliveiras não deram, fui para a segunda cultura, que é a vinha. Foi um sucesso. Para além de dar duas vezes por ano, acabou por ter características muito especiais que, mais à frente, deu um vinho especial, único, ‘sui generis’. Ao decidir apostar na vinha, fui buscar, primeiro, a tecnologia sul-africana para montar os postes e os arames através dos quais a vinha ia crescer e apostei na tecnologia portuguesa para fazer o vinho.

Por exemplo, eu sei que o Prodesi deu apoio aos caranguejos, também não faz parte da lista de produtos. Acho que deve haver uma adaptação aos produtos que mais se produzem e característicos para cada região mesmo que não façam parte desta lista.

Porquê?

Porque fiz um estudo e a população, a cada 10 vinhos que compra, oito são portugueses. Ou seja, estamos habituados ao sabor dos vinhos portugueses, ponto final! Por sugestão do engenheiro agrónomo, mandei vir quatro castas. Fizemos isso há oito anos e, ao fim de quatro, começa a haver uma certa produção, estamos a falar de 2018. A partir de 2019, começámos a aproveitar as uvas, a pisar e a meter nos depósitos. A primeira colheita é da segunda vindima, de 2019. Em 2020, já tivemos uma boa colheita e, em 2021, também. O vinho esteve em depósito, diz-se que esteve a estagiar, durante dois anos. E, entretanto, por causa da covid-19, o enólogo, que é português, esteve dois anos sem pôr aqui os pés, veio agora e fez as misturas finais e começámos a engarrafar. Ainda não temos enólogos angolanos nem sei quando é que teremos.

Talvez só quando a produção alargar é que vamos começar a investir nesta área.

Está satisfeito com o resultado?

A opinião é interessante. O enólogo explicou que as uvas absorvem os sabores que estão à volta. Temos dois rios, o Bero e o Girau. Temos o deserto, o clima mediterrâneo e a corrente fria de Benguela. Ele diz que a conjugação destes factores deu num vinho muito especial, diz que sabe a Angola, sabe àquela região. Diz que, se quiser beber um bom vinho português, vai ao Douro; um bom vinho francês, vai a Bordeaux, e um bom vinho angolano, encontramos aí características que são únicas.

E, enquanto apreciador, qual é a sua opinião?

Não sou um perito. Fui o capitão da primeira selecção de Angola de basquetebol. Depois fui médico da selecção de basquete durante 25 anos e, como atleta, pouco bebia. Quando comecei a meter-me neste projecto, já tinha 50 anos e foi nesta altura que comecei a apreciar. Digamos que não sou a pessoa aconselhada para se pronunciar. O enólogo, como é ele que faz o vinho, tem de dizer bem, mas tenho ouvido opinião de várias pessoas e todas dizem que é um vinho de qualidade média e média alta.

Como estão a preparar-se para a concorrência, sobretudo do produto importado?

Ainda não posso olhar para a concorrência porque, para já, somos os únicos e tem alguma qualidade. Sei que o Higino Carneiro produz, mas parece que já parou. Também ouvi falar que há uma produção muito grande no Porto Amboim, mas vieram-me com números totalmente desfasados da realidade. Agora entendo melhor e não acredito que os números correspondam à realidade. De qualquer maneira, sou a favor de que a competitividade aumente a qualidade. Inclusive, com o apoio do governador e de um banco, estamos a trabalhar no sentido de dar formação a pequenos produtores aí à volta que estejam interessados a produzir vinha, de maneira a alargarmos a quantidade de vinho produzido naquela região, porque acho que Moçâmedes pode ser a capital do vinho, não em quantidade, porque é deserto e não tem grandes áreas para se apostar, mas em qualidade. É a melhor região de Angola. Entregámos a comercia-

“O que é que o doping representa no nosso país quando temos atletas que passam fome? Temos que nos preocupar com as coisas de base, temos de ser realistas. Um aparelho para controlar o doping custa milhões.”

lização a uma empresa que já tem alguma experiência na distribuição de vinhos. A nossa função será vender à porta da fábrica.

Eu referia-me à concorrência com o vinho importado...

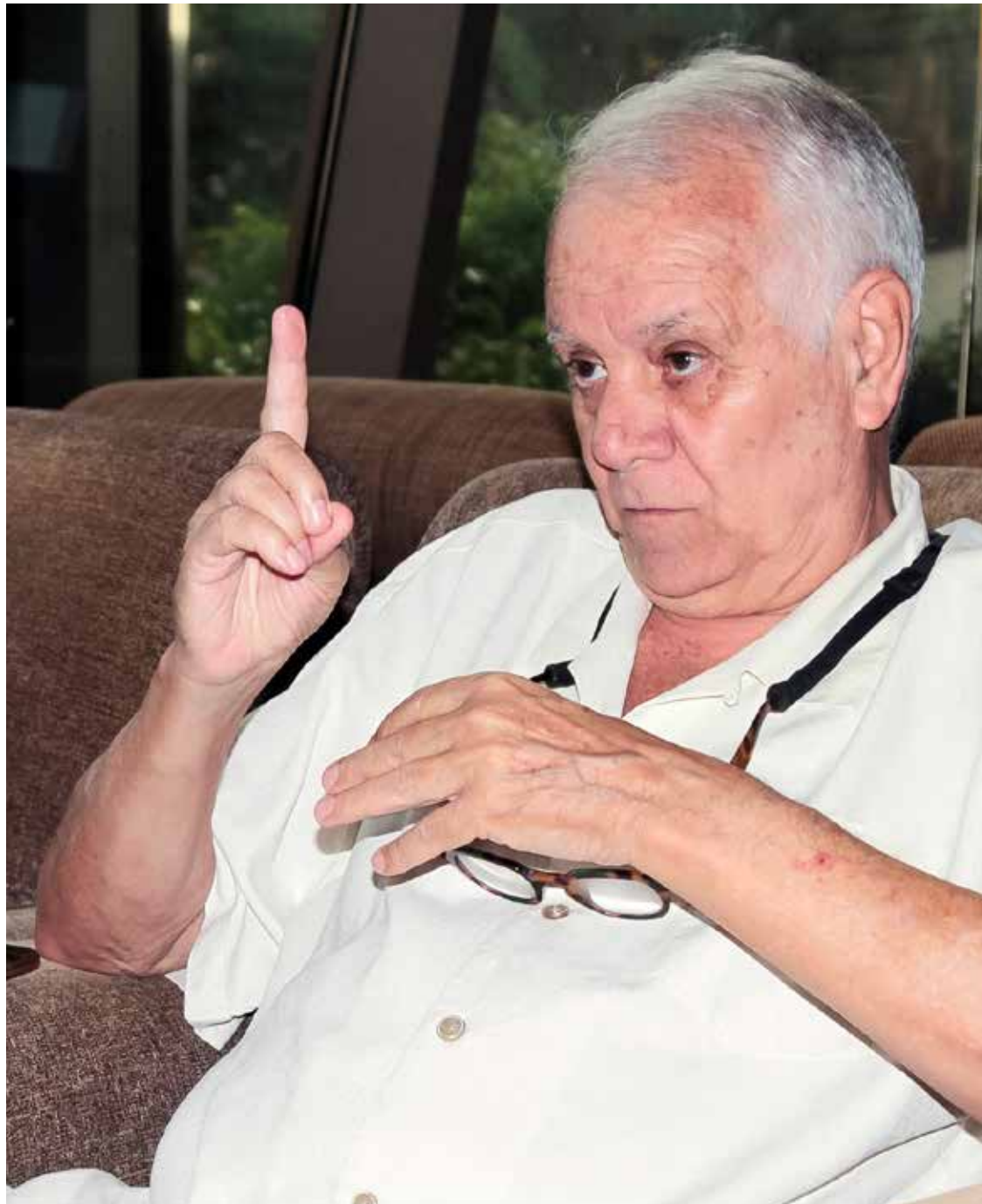
Para nos situarmos ao nível do preço, estivemos a ver os vinhos de qualidade média e média alta e vamos posicionarmo-nos aí. Acharmos que temos esta qualidade. Não sei bem qual será o preço, mas trocámos ideias com o comercial porque também não queremos que o nosso vinho seja vendido a preço nem muito baixo nem muito alto, porque, se não, vamos ter dificuldades em escoar, embora pense que teremos dificuldades em responder às encomendas. Já temos muitas e só vamos começar a comercializar dentro de duas ou três semanas.

Voltando às oliveiras, já têm indícios das razões para a produção não pegar?

Temos. A oliveira exige frio, que não há lá em baixo e que não há em Angola. Tem de ter, pelo menos, um mês em que a temperatura não vai acima dos 20 graus e, ao mesmo tempo, exige um clima mediterrâneo. As oliveiras são típicas da África do Norte e da Europa do Sul. Itália, Portugal e Espanha e, em África, a Argélia e a Tunísia são os maiores produtores. E como há lá oliveiras que no tempo colonial, de facto, davam, a nossa dúvida é saber desde que eles trouxeram as primeiras oliveiras quanto tempo é que demorou a adaptação. Trouxemos um olivicultor e o pensamento dele é esse. Qual é o tempo que as oliveiras demoram a adaptar-se a este clima? Vão ter de se adaptar. Não morreram, estão bem e com bom aspecto só que não dá frutos. Os meus filhos sugerem que arranquemos para colocar outra coisa, mas tenho dito que vamos aguardar, porque se deu em outros tempos, porque é que não há-de dar? Vamos aguardar, investir, melhorar a terra em termos de riqueza orgânica.

Têm outras culturas na fazenda?

Só nos dedicamos a isso. Vamos agora alargar a área. Actualmente, temos 20 hectares de uva para vinho e temos 4 hectares de uva de mesa, que é muito boa, veio da África do Sul. Para vinho, vamos passar de 20 para 24 hectares por causa também da mão-de-obra, aquelas pessoas já têm oito anos de experiência e você não forma grupos de um dia para o outro. Ainda temos uma área de



crescimento razoável, mas queremos crescer de forma sustentável.

Já ouvi e li algumas coisas que levantam dúvidas sobre o sucesso do vinho produzido em Angola por suposta falta de condições climáticas para a produção da vinha.

Tenho pena que o enólogo não esteja aqui. Ele melhor que ninguém poderia desmentir-lhe isso. Aliás, a qualidade do vinho desmente. Vou fazer-vos chegar uma garrafa. Arranjem alguém com experiência e façam uma prova à cega para ver se ele consegue distinguir. Já fizemos provas a cega com pessoas que vendem vinhos portugueses, só no fim é que souberam que era angolano, ficaram espantados. Estamos muito animados em termos de qualidade, o problema é a quantidade. Vou tentar estimular aqueles que têm fazendas ao lado a produzirem as uvas e fornecerem para

a nossa adega, ou seja, funcionarmos como uma cooperativa. É isso que vamos tentar fazer para aquilo que é um sonho. Moçâmedes tem todas as condições para ser a capital do vinho em Angola, não tenho dúvida nenhuma, além de ser uma zona turística. Podemos, por exemplo, fazer aquilo que se faz na África do Sul e em Portugal, que é o enoturismo, é um sonho. Daqui a 20 anos, podemos ter aí uma região vinícola de peso. Seria de grande importância para a economia local. Agora tenho também de fazer as minhas queixas, que são importantes, contar a minha experiência.

Quais são as queixas?

Apoios, zero. Minto. O actual governador tem dado todo o apoio dentro das suas limitações, nas autorizações e etc. Impecável. Agora, as estruturas que nos deviam apoiar e financiar as economias, que são

os bancos, deram-me bailes de tal maneira que eu desisti. Fiz tudo com fundos próprios. Se não tivesse a universidade... Fiz tudo com fundos próprios dos lucros da universidade. Estou à frente da Lusíada. Foram estes lucros que me permitiram fazer este investimento e a teimosia. Houve alturas em que estive quase a desistir, sobretudo quando as oliveiras começaram a não dar. Mas depois decidi que ficaria apenas como hobby.

Bateu à porta de quantos bancos?

Concorri ao Prodesi com dois projectos, zero. Vi ao meu lado pessoas cujos projectos foram aprovados, mas vai lá ver os resultados... Não conheço nenhum do Prodesi naquela região que tenha vingado. Portanto, contactei quatro bancos. Houve um que me disse “sim”, mas eram juros tão elevados. Ia suicidar-me, o projecto ia morrer se eu tivesse rece-

bido. O Prodesi tem a vantagem que os juros são bastante mais baixos.

Mas o Prodesi tem limitação nos produtos e o vinho não está entre produtos abrangidos...

Sim, o vinho não está.

Portanto, foi por isso que não foi aceite...

Pode ser, mas também acho que devem entender as características de cada uma das regiões. Por exemplo, eu sei que o Prodesi deu apoio aos caranguejos, também não faz parte da lista de produtos. Acho que deve haver uma adaptação aos produtos que mais se produzem e característicos para cada região mesmo que não façam parte desta lista. Tem de se abrir uma excepção como se abriu aos caranguejos. Não estou a criticar, pelo contrário. Tenho pena é que não tenham feito o mesmo com o vinho.

Mas...

Deixe-me contar-lhe outra que acho também muito importante. Sobre apoios do Ministério da Agricultura. Importei os postos da África do Sul, são de madeira. Os produtos agrícolas têm taxas muito baixas, quando chegaram os postos, taxaram-me 50%. Protestei, contestei, disseram-me que não está previsto na pauta aduaneira e que a madeira é taxa de 50%. É a falta de sensibilidade para apoiar as empresas nacionais. Tenho esta experiência que acho paradigmática, bem ilustrativa da falta de flexibilidade das estruturas estatais. Isto associado à falta de apoio da parte dos bancos... Para a linha de montagem, também recorri a um banco, levei um baile enorme. Foi o comité central deste banco visitar. Apenas pedi uma linha de montagem de baixa tecnologia que custava na ordem de 80 mil euros, levei um baile de três meses. Enquanto estiveram lá, tudo óptimo, fartaram-se de beber vinho, chegaram aqui já não me atendiam o telefone. Pode ser que com outros não tenha sido assim, mas esta é a minha experiência. É uma crítica no sentido de as instituições bancárias mudarem os critérios se, de facto, querem apoiar o crescimento dos empresários.

Não terá batido à porta de bancos sem perfil de financiar, por exemplo, a agro-indústria?

Quando fiz este pedido foi já com este Presidente que tinha determi-

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5



Marcelo Magalhães © VE

nado que as prioridades deveriam ser a agro-indústria. Era o iniciador da indústria do vinho, devia ser apoiado. E mais: eles provaram o vinho, gostaram imenso, mostrei-lhe os depósitos cheios de vinho que era uma garantia para empréstimo.

Ou seja, não se colocava então a questão da falta de garantia que, muitas vezes, é o discurso usado pela banca para justificar o baixo financiamento ao empresariado? Eles viram o vinho que eu tinha como garantia, no valor de aproximadamente um milhão de dólares. Mais: este banco tem relações comigo ao nível da universidade, é um dos bancos que recebe as propinas dos alunos e que me conhece perfeitamente. Tenho imóveis que poderia dar como garantia. Na minha opinião, foi apenas falta de funcionalidade do próprio banco, e os bancos não podem tratar assim os clientes. Felizmente, eu tive capacidade para, por mim próprio, avançar, mas há muitas empresas que morrem por estes comportamentos e, em simultâneo, nós vemos que os bancos ajudam empresas que vão à falência e são a maioria. Era um projecto que nunca poderia transformar-se em crédito malparado e, ainda por cima, uma conta

irrisória (80 mil euros). Os bancos têm de mudar e os ministérios. O Ministério da Agricultura com essas posturas de falta de sensibilidade... Claro que agora que o ministro esteve lá com o Presidente, é capaz de me abrir as portas, mas é já no fim quando eu já não preciso. Para termos um tecido empresarial forte, os bancos são essenciais, os ministérios são essenciais.

Em suma, está a sugerir que difícil ser empresário em Angola? Pela minha experiência, muito.

Mas deu-se bem na educação...

Tive sorte porque fui o primeiro. A primeira universidade privada a ser autorizada foi a Lusíada. Ou seja, foi a Católica, mas só começa a funcionar quando a Lusíada apareceu, dois ou três meses depois, mas a licença deles é mais antiga. A situação era completamente diferente, era o primeiro, mas também arranjei tudo por minha conta. Consegui alugar umas instalações à Casa Americana. Depois aquilo começou a dar dinheiro, comprámos a Casa Americana. Não foram precisos grandes investimentos nem grandes ajudas. Foi uma oportunidade que eu soube aproveitar e desenvolver com baixos custos iniciais. Com o vinho é dife-

A percepção que tenho é que agora se formou um novo grupo, mas continua a ser um círculo restrito que beneficia em detrimento da classe empresarial.

rente, exige outros apoios e outro tipo de sensibilidade.

Entretanto, o ensino universitário passou por alguns momentos difíceis...

Continuamos, a realidade é esta. Tínhamos uma realidade financeira muito saudável em 2014 e, quando o preço do petróleo começa a descer, diminuíram os números. Porquê? Ou os pais que pagavam as propinas ficaram desempregados. Ou os próprios estudantes trabalhadores ficaram desempregados. Ou porque as empresas que davam bolsas dei-

xaram de poder financiar. O nosso número de alunos reduziu bastante e vimo-nos aflitos com a agravante da pandemia. Ficámos um ano parados, sem receber propinas e as universidades só vivem das propinas. Há outro aspecto: as nossas propinas que, em 2014, correspondiam a 300 dólares, hoje, na maioria dessas universidades, são 60 dólares. Vamos ser realistas: qual é a universidade ao nível do mundo que consegue sustentar-se com 60 dólares. Apenas conseguimos sustentarmos, mas, para fazer investimentos que seriam necessários, não temos capacidade, nem nós, nem nenhuma universidade. Nós até não somos dos piores em termos de números de alunos e consistência. Se temos estas dificuldades, as outras universidades? Estas outras universidades fizeram investimentos altíssimos em estruturas, edifícios e etc. Como podem rentabilizar isso com propinas a 60 dólares? Você não encontra em parte nenhuma do mundo propinas a 60 dólares. Depois falam porque formam mal. Como é que podemos melhorar se não temos capacidade financeira?

E qual seria a solução?

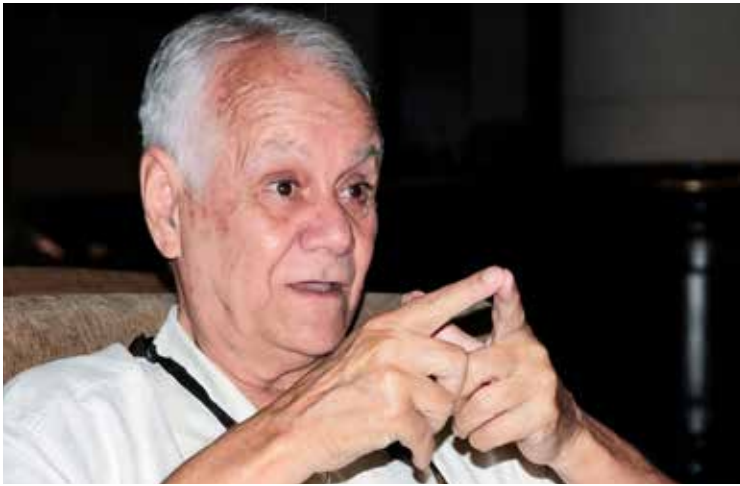
O estado devia subsidiar como em muitos países. Por exemplo, nos

Estados Unidos, a opção é nas escolas privadas e não é por acaso que entre as 10 melhores universidades, oito são americanas e duas são inglesas que também são privadas. Ou seja, o Estado prefere subsidiar o aluno numa escola privada porque lhe fica mais barato do que ser ele a investir e a controlar. É uma atitude inteligente e aqui temos características também para isso. Aqui há uma oposição enorme ao privado mas, por outro lado, ao nível do ensino superior, 60% são privados, representa uma fatia enorme. Tem de haver preocupações em apoiar essas iniciativas, claro que seleccionando, apostar naquelas que têm qualidade.

E ainda temos muitas sem qualidade?

Muitas, não posso pronunciar-me muito porque não posso falar dos meus congéneres. Mas, mesmo os nossos alunos, da Lusíada, no geral, a qualidade está a diminuir porque o ensino primário e secundário, que é essencial, tem professores de péssima qualidade. Professores de péssima qualidade no ensino primário, professores melhorezinhos no ensino secundário. Mas há uma coisa interessante. Andamos à volta dos mil estudantes novos,

“As universidades fizeram investimentos altíssimos em estruturas. Como podem rentabilizar com propinas a 60 dólares? Você não encontra em parte nenhuma do mundo propinas a 60 dólares.”



Perfil

Tem a ‘mania’ de ser o primeiro

De 71 anos, Paulo Múrias está em Angola desde os 4 anos de idade. Foi basquetebolista, tendo sido o primeiro capitão da primeira Selecção Nacional. “A primeira medalha que caiu aqui foi no Quênia, terceiro lugar”, recorda. Formado em Medicina, foi o primeiro responsável do Centro de Medicina Desportiva. Iniciou o percurso empresarial em 1990 com o projecto da primeira clínica privada do país, a Medigroup. “Depois, estive à frente do primeiro sistema de evacuações de emergência médica, o MRI” e também foi o fundador do primeiro ginásio de fisioterapia do país, o Fisiomed.

Se não temos capacidade de controlar, vamos fazer uma lei de doping para quê? Para controlarmos, tínhamos de fazer um investimento louco em técnicos, aparelhos, montar a estrutura. Não é que acho que não seja bom, mas não temos que fazer este espalhafato por uma lei do doping quando sabemos que não vamos poder cumprir nem a 5%.

aparecem sempre uns 10 ou 15 que se destacam. Quando identificamos estes, e se nos apercebemos que eventualmente têm problemas financeiros, oferecemos bolsas. As bolsas não devem ser dadas só por ser amigo, por ser família, tem de ser por mérito e capacidade. Isso é que é um bom investimento por parte do país e da universidade.

E qual é a variação dos números de entradas?

Em 2014, as nossas entradas andavam nos 1.500. Este ano, pela primeira vez, ultrapassamos os mil, mas, de 2014 até ao ano passado, foi sempre a descer. Este foi o primeiro ano que tivemos um crescimento, cerca de 7,5% no primeiro ano. Agora, muitos desses alunos, atendendo às dificuldades, chegam a uma certa altura não têm capacidade financeira e desistem.

Quanto valiam as propinas em 2014 em comparação aos últimos anos?

Cinco ou sete vezes mais em termos de valor real da moeda. Não estou a falar em relação ao kwanza, mas em relação ao dólar, que é que me permite fazer equiparações reais. Agora ganho muito mais kwanzas só que o kwanza, naquela altura, valia cem e agora está quinhentos.

Portanto, naquela altura, ganhava mais, além de ter mais alunos. Perdi aí uns 40% dos alunos.

E quais são as taxas de incumprimento das propinas?

Curiosamente, este ano estamos muito bem. Os maiores incumprimentos também são no primeiro ano. No caso dos alunos que estão no segundo, terceiro e quarto anos, as famílias, juntam-se e apoiam para concluírem o curso. Ao nível do primeiro ano, os incumprimentos (alunos cujas matrículas são suspensas por falta de pagamento) andam na ordem dos 10 e/ou 15%, não é muito. Notamos, é um grande abandono escolar no primeiro ano porque preferem abandonar e ir embora a deixar de pagar as propinas ou preferem ir embora porque têm más notas. Esses andam na casa do 30%.

Falou dos países que subsidiam os estudos, mas aqui a tendência é contrária...

O que é mau e depois não temos dinheiro. E os professores universitários estão em greve, depois a estrutura que foi construída não tem manutenção. Mais uma vez, temos de ter sustentabilidade. Agora, querer alargar tudo, mas impedir que os privados entrem em determinados

domínios e depois o Estado não tem condições financeiras para suportar, isso dá no que dá. Os professores estão em greve há quase dois meses.

E qual é a sua opinião sobre a greve?

Não conheço bem, mas vejo pelos meus professores. Também exigem, mas eu tenho o cuidado de reunir com eles, explicar que não posso estar a dar salários para além da capacidade que a universidade tem de pagar. Tenho este cuidado, mas mantenho um diálogo permanente com eles como também com os alunos quando reclamam que as propinas estão muito altas.

Está a dizer que está a faltar diálogo?

Não conheço bem os números, mas percebo que os professores se sintam injustiçados em termos económicos. Não conheço bem as dificuldades do ministério, mas acho que tem de ser realista, só admitir o número de alunos para os quais tem capacidade para ter professores, eventualmente melhorar um bocadinho os salários dos professores. O que também sei é que há uma certa falta de diálogo. O ministro é um moderador, não é para mandar nem para criticar, está para ajudar e colaborar. Esta é a minha visão daquilo que é um ministro. Como agora, no Desporto, a ministra está toda orgulhosa por causa da lei do doping. Eu pergunto: o que é que o doping representa no nosso país quando temos atletas que passam fome? Temos de nos preocupar com as coisas de base, temos de ser realistas. Um aparelho para controlar o doping custa milhões.

É desnecessária a lei?

Fui director do Centro de Medicina Desportiva durante quase 30 anos. Quando se pensou no primeiro projecto de medicina desportiva, nos anos 1980, lembro-me perfeitamente que se fez um levantamento dos custos e o que foi pensado é que se adquirisse um aparelho que serviria vários países, porque são caríssimos e a tecnologia é muito sofisticada. Isso para dizer que, se não temos capacidade de controlar, vamos fazer uma lei de doping para quê? Para controlarmos, tínhamos de fazer um investimento louco em técnicos, aparelhos, montar a estrutura. Não é que acho que não seja bom, mas não temos de fazer este espalhafato por uma lei do doping quando sabemos que não vamos poder cumprir nem a 5%.

Será uma lei morta?

Para mim, sim. O único laboratório

que existe credenciado em África é o da África do Sul. Como é que vão fazer o controlo da aplicação prática daquela lei? Não é realista.

Considera a privatização das infra-estruturas desportivas é uma solução para o problema, sobretudo, dos estádios de futebol construídos para o CAN de 2010?

Talvez seja uma solução a tentar, mas, se eu fosse empresário que quisesse investir nessa área, não quereria ficar com um estádio desses. Não consigo rentabilizar. Nas condições actuais, consegue-se rentabilizar um estádio? Vai ao 11 de Novembro para ver os jogos de futebol, que é a modalidade mais popular, quantas pessoas é que assistem?

Talvez por falta mesmo de alguém com visão mais empresarial, não?

Não digo que não, mas é preciso fazer um bom estudo de mercado.

Estamos em ano de eleições e, segundo o histórico, surgem muitas oportunidades económicas e financeiras...

Sim, este ano é o ano de aproveitar, vão aprovar tudo, mas é mau, porque, em simultâneo, também se endivida e podem fazer apostas e depois o tiro sai pela culatra.

E temos a ‘sorte’ de ter o petróleo a roçar os 100 dólares, não?

Mas e a produção? Vocês só olham para o preço, esquecem-se de que a produção foi para a metade e porque não houve de fazer investimento nestas áreas.

A diversificação está a acontecer?

Pelos números não. Acho que crescermos no ano passado e vamos crescer este ano, mas tudo a custa do petróleo. Ainda há dois ou quatro dias, estive a ler uma coisa interessante que desconhecia. Como é constituído o PIB da Nigéria. Sabe qual é a percentagem do petróleo no PIB da Nigéria? 8,9%. Fiquei pasmado. Nigéria é o maior produtor e a maior potência africana.

O empresariado está a fazer a sua parte?

É difícil falar dos empresários. De minha parte, persisti, resisti. Os meus filhos até dizem que fui teimoso para conseguir o vinho. A percepção que tenho é que agora se formou um novo grupo, mas continua a ser um círculo restrito que beneficia em detrimento da classe empresarial.

Economia/Política

RELATÓRIO DAS FINANÇAS ZZDE JANIERO

Angola com receitas petrolíferas que estimava arrecadar em dois meses

PETRÓLEO. Receita da concessionária representa 44,2% das receitas fiscais petrolíferas. Estas duplicaram, registando-se um adicional de mais de 509 mil milhões de kwanzas. Cenário pode repetir-se em Fevereiro. E ainda no primeiro semestre, podem entrar nos cofres públicos o que se projectou para o ano todo.

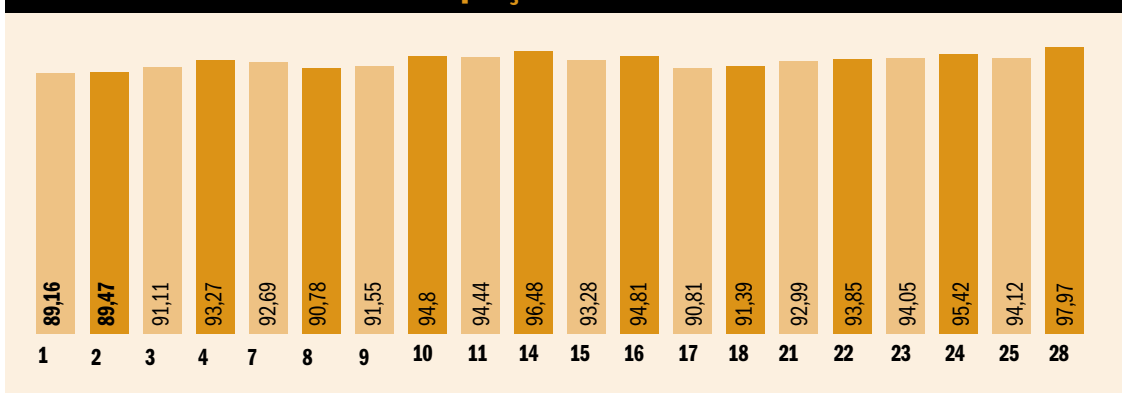
Por César Silveira

A receita do Estado resultante da função de concessionária foi de cerca de 472,158 mil milhões de kwanzas, em Janeiro, mais 40% face aos 337,408 mil milhões de receita média mensal esperada, considerando a previsão de arrecadação de 4.048,9 mil milhões de kwanzas em todo o ano.

O adicional é resultante do diferencial entre o preço do barril orçamentando e o preço médio alcançado no período em análise, 59 dólares e 75,21 dólares respec-



Percurso do preço do barril em Fevereiro



tivamente, ou seja, uma diferença de 16,21 dólares.

A quantidade de petróleo exportado também registou aumento, face à produção estimada no orçamento. Dados do Ministério da Finanças sobre as receitas fiscais petrolíferas indicam que, no primeiro mês do ano, foram exportados 37.525.778 barris, perfazendo uma média diária de 1,210 milhões de barris que supera em mais de 63 mil barris a previsão do OGE, que aponta para uma produção diária de 1 147,9.

A receita da concessionária corresponde à arrecadação proveniente das exportações dos barris de petróleo que o Estado recebe dos diversos blocos de produção, à luz dos acordos de partilha, sendo que o petróleo destinado à recuperação dos lucros (50% da produção total de um campo) é repartido entre o Estado (através da concessionária) e os grupos empreiteiros. A percentagem a que cada uma das partes tem direito varia conforme a taxa interna de rentabi-

lidade do projecto e a partilha começa por ser feita a favor do grupo empreiteiro.

No entanto, segundo o relatório do Ministério das Finanças, apenas cinco blocos contribuíram para as receitas das concessionárias, nomeadamente os Blocos 15, 17, 31 e 32, assim como o Bloco Zona Sul Terrestre Cabinda. O maior contribuinte foi o Bloco 17 com mais de 216 mil milhões de kwanzas, seguindo-se o Bloco 15 com cerca de 88 mil milhões de kwanzas e o Bloco Zona Sul Ter-

restre Cabinda com cerca de 82 mil milhões de kwanzas.

A função concessionária é desempenhada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Bio-combustível que, em função do que é fixado na lei que aprova o OGE, retém determinada percentagem da receita da exportação. Nos últimos anos, esta taxa tem sido de 5%.

UM MÊS VALE DOIS

Em Janeiro, a receita correspondente à concessionária representa cerca de 44,2% do total das receitas fiscais petrolíferas, que foram de 1.068.044 099.986 (1,068 biliões de kwanzas). Comparando as projecções do OGE/2022, as receitas fiscais petrolíferas registaram um aumento de 109%.

Para 2022, o Governo projectou receitas fiscais petrolíferas no valor de 6,118 biliões, numa média mensal de 509,833 mil milhões de kwanzas. Ou seja, comparando aos 1,068 biliões arrecadados, regista-se um adicional de cerca de 558,211 mil milhões de kwanzas.

Em outras palavras, em Janeiro, o Governo arrecadou mais do que tem previsto para dois meses. A manter-se o cenário actual, o Governo deve arrecadar os mais de 6,118 biliões de kwanzas que projectou para o ano ainda no primeiro semestre.

Já para o mês passado, estima-se que o preço médio das exportações de Angola venha a fixar-se acima dos 90 dólares, visto que, desde 3 de Fevereiro, o Brent, referência para o petróleo de Angola, foi sempre negociado acima dos 90 dólares. Face aos 59 dólares projectados no OGE, regista-se um adicional de 31 dólares por barril, ou seja, um aumento de 15 dólares face ao adicional de Janeiro.

COM O OBJECTIVO de travar o contrabando nas fronteiras terrestres nacionais, bem como os negócios ilícitos constatados, o ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás (Mirempet) aprovou um novo regulamento para a exportação de combustíveis.



GOVERNO PREVÊ VENDER CASAS AINDA NESTE TRIMESTRE

Obras nas centralidades ‘a todo o vapor’ a seis meses das eleições

HABITAÇÃO. Fonte da empresa de construção civil do grupo Mitrelli garante ter as obras concluídas antes de Agosto. E assegura a construção sem receber, por enquanto, qualquer kwanza.

MEMORIZE

● **A Kora** prevê colocar moradias de diversas tipologias das urbanizações do Bailundo (Huambo), com três mil casas, e Luena (Moxico), que tem 425 residências. A comercialização inclui residências nas urbanizações do Kuito (Bié), com 398 habitações e a reabilitação de moradias vandalizadas no Kapari (Bengo).

Por Isabel Dinis*

O Governo está a trabalhar ‘a todo o vapor’ para terminar a construção de algumas centralidades antes das eleições gerais, previstas para Agosto.

O ritmo das obras “é constante” e os planos prevêem que

algumas possam ser já inauguradas até Julho ou mesmo antes. Só há uma parte de uma centralidade, a do Bengo, que deve terminar até ao final do ano.

As obras que estão a cargo da Kora, o ‘braço’ da construção civil e imobiliário do grupo israelita Mitrelli, são as que estão com maior nível de “aceleração”, segundo soube o **Valor Económico** de fonte da empresa.

A Kora tem até subcontratado empresas para garantir que

os prazos sejam “cumpridos” e tem “indicação superior” de que devem trabalhar durante os fins-de-semana.

A centralidade do Kalawenda, no Cazenga, por exemplo, já tem mais de 300 habitações “praticamente concluídas”. As de Cabinda, do Cunene, do Bengo e do Bai-

lundo também estão na forja. Cabinda vai contar com três mil residências, Cunene e Bengo mil. A centralidade do Bailundo três mil.

O esforço é de tal ordem que o grupo israelita assume os riscos: para a construção das centralidades, a Kora não recebeu qualquer verba. Está a construir acumulando dívidas.

VENDAS EM BREVE

Além de fogos habitacionais, os projectos das centralidades contemplam a construção de estações de tratamentos de águas residuais (Etar), escolas, centros de saúde e espaços verdes.

O processo de venda destes projectos ainda não está definido. O Governo já tem, entretanto, este trimestre como horizonte temporal para iniciar a comercialização e justifica a pressa com a “pressão da procura habitacional”. Em

entrevista recente à Angop, o director nacional da Gestão Fundiária e Habitação do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território (Minopo), Adérito Mohamed, revelou que o Governo pretende retomar o processo de venda a partir do primeiro trimestre deste ano, após a conclusão das obras das infra-estruturas internas e externas dos diferentes projectos habitacionais.

Neste trimestre, a Kora prevê colocar à disposição moradias de diversas tipologias das urbanizações do Bailundo (Huambo), com três mil casas, e Luena (Moxico), que tem 425 residências.

A comercialização inclui residências nas urbanizações do Kuito (Bié), com 398 habitações e a reabilitação de algumas moradias vandalizadas na centralidade do Kapari (Bengo).

*com redacção

Economia/Política



CONCURSO PÚBLICO ABERTO EM 2021

Terminais marítimos de passageiros quatro anos a ‘afundarem’ e à espera de investidores

EMBARCAÇÕES. Inaugurados há quase oito anos, terminais marítimos de passageiros do Kapossoca e Museu da Escravatura perderam o fulgor em 2018 quando deixaram de receber passageiros. Governo abriu concurso público para passar a gestão aos privados. E, enquanto novos gestores não chegam, espaços vão ficando ao abandono. Estacionamento serve para a venda ambulante e até para churrascos.

Por Isabel Dinis

Desde 2018 que já não existe o ambiente de luxo desse terminal. Está tudo wazebele (abandado).

“É assim que um antigo marinheiro do terminal do Kapossoca, no embarcadouro do Mussulo, em Luanda, descreve o antes e o depois de um espaço que prometia ‘glamour’ e um movimento de barcos e iates.

Luís dos Santos trabalha no terminal do Kapossoca há mais de uma década, como marinheiro. Enquanto fala do passado e do presente do terminal que, para ele, era um “luxo”, há uma vendedora ambulante a apontar para a bacia de frutas logo à entrada do terminal. “Essas senhoras, quando isto estava bem bom, nem venderiam aqui bem perto”, brinca.

O terminal marítimo do Kapossoca foi inaugurado pelo ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em 2014. O espaço, prometiam as autoridades na cerimónia de abertura, tinha como objectivo aliviar o conges-

ANGOLA FORMALIZA a candidatura para integrar a Iniciativa Internacional de Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE) entre 28 a 31 do corrente mês.



Mário Mujetes © VE

Cobranças desconhecidas

Apesar do visível estado de abandono, os estacionamentos dos terminais do Museu da Escravatura e do Kapossoca sempre estiveram funcionais, assegura um dos responsáveis por manter o espaço “limpo e garantir o controlo dos carros que lá parqueiam”.

No terminal do Kapossoca, o parque “está quase sempre cheio”, em especial durante os fins-de-semana. O parque deveria ser gratuito desde que o terminal deixou de receber passageiros. Mas, por algumas horas, são cobrados 500 kwanzas e, por dia, mil kwanzas. O responsável afirma que o dinheiro serve apenas para pagar alguém que mantenha os carros vigiados e com a ajuda da Polícia Nacional.

O mesmo valor também é cobrado no terminal do Museu da Escravatura. Neste já com muito menos carros devido ao pouco movimento. No entanto,

sem tantos carros, parte do espaço vai servindo para grelhar churrascos.

Apesar de a colecta ser feita diariamente, à vista ‘desarmada’, a administração do Porto de Luanda desconhece que seja feita a cobrança de valores no estacionamento. De acordo com Carlos Domingos, a instituição investiu na recuperação de todo o equipamento de suporte à gestão dos parques de estacionamento (cancelas e sistemas informáticos), mas não começou a fazer cobranças. “E nem as fará, porque esta é uma responsabilidade que caberá ao futuro concessionário. Os parques funcionam actualmente como espaços públicos livres de cobranças. Se estão a ser feitas cobranças, presentemente, antes de os terminais serem concessionados, desconhecemos e, portanto, não temos qualquer responsabilidade nisso”, conclui.



MEMORIZE

● Os terminais foram inaugurados em 2014 com o objectivo de aliviar o congestionamento do trânsito no trço Benfica/Samba com o uso dos catamarãs. Em 2018, os terminais deixaram de receber passageiros.

tionamento do trânsito no troço Benfica/Samba para o centro da cidade, com o uso dos catamarãs. Mas não só. Pretendia oferecer conforto a quem o utilizasse.

Na altura da inauguração, o terminal contava com áreas de atendimento, entre as quais uma sala destinada às entidades ‘VIP’, um espaço para acomodação dos passageiros, com serviço de táxi, zona para venda de bilhetes, com terminais multicaixa e a informação impressa detalhada sobre horários e preços.

Contava ainda com pequenas lojas, entre as quais uma de venda de acessórios de praia, outra com um largo serviço de esplanada com pequenos-almoços e lanches, gelados e sumos tropicais, além das inevitáveis cervejas. Para quem fosse desprevenido, sem dinheiro, não faltava o terminal multicaixa em pleno funcionamento.

Uma das ‘cerejas no topo do bolo’ era o restaurante com almoços e jantares, bem à beira-mar. Por aqui, houve passagens de modelos, grandiosas festas particulares e de empresas, convívios de empresas e até jantares românticos.

Ao lado, na zona de embarque, exibiam-se iates, uns

pequenos, outros maiores, mas igualmente luxuosos.

O espaço, sem a ironia do marinho, deixou de receber passageiros em 2018, com a suspensão da operação dos catamarãs em Luanda, devido à falta de manutenção e por a empresa gestora, a TMA Express, estar supostamente ilegal.

Luís dos Santos era um dos funcionários da empresa. “Não entendemos nada”, desabafa. A denúncia da ilegalidade da empresa partiu do antigo secretário de Estado para os Sectores de Aviação Civil, Marítimo e Portuário, António Cruz Lima.

Pouco a pouco, o embarcadouro ficou reduzido e começaram a faltar os clientes.

SALA VIP E ESTACIONAMENTO: OS “SOBREVIVENTES”

Do antigo Kapossoca apenas o estacionamento e a sala ‘VIP’ se mantêm funcionais. As lojas, o restaurante, a zona de bilheteira e o serviço de táxi deixaram de funcionar. “Foi fechando tudo. Nem os terminais multicaixa sobraram”, lembra um turista, enquanto espera para fazer a travessia, numa das ‘chatas’ que animam o espaço.

que o terminal do Kapossoca esteja com um “ambiente tão triste” para um lugar que “devia ser cartaz” para se ir à ilha do Mussulo. “Todos os turistas deveriam ter um espaço para ficar e estarem acomodados. Isso devia ter um ar mais alegre. Já não havia muita alegria. Agora só piorou.”

O terminal do Kapossoca está sob gestão do Porto de Luanda. O **Valor Económico** constatou que o terminal beneficiou de ligeiras melhorias, face ao que era há pelo menos dois anos, quando o processo de destruição se mostrou mais acelerado.

MUSEU MENOS TRISTE

Diferente do terminal do Kapossoca, o terminal do Museu da Escravatura tem outra “vista”, fruto também da distância em relação à cidade e ao pouco movimento. Um dos marinheiros da zona, João Miguel, lembra, por exemplo, que desde a inauguração que o terminal não tem “tanto movimento e por isso o estado de degradação é mais reduzido” em relação ao do Kapossoca. “O problema é a localização. O do Kapossoca é o mais perto e acaba por ser o preferido. E com isso é mais usado”, explica.

A limpeza do espaço é assegurada pelos guardas do local, como assegura um dos seguranças. A Polícia Nacional mantém o espaço “seguro”, assim como o faz também no Kapossoca.

NOVA GESTÃO TRAZ ESPERANÇA

O Porto de Luanda abriu, em Agosto do ano passado, um concurso público limitado para a concessão e exploração dos terminais marítimos de passageiros do Kapossoca, Mussulo, Museu da Escravatura e do Macôco.

O vencedor do concurso terá um período de 10 anos para a sua exploração. O processo para a adjudicação ainda decorre, assegura o coordenador da Comissão de Avaliação do Concurso Público para Concessão dos Terminais Marítimos de Passageiros de Luanda, Carlos Domingos.

A projectada concessão dos terminais reacendeu a esperança de alguns marinheiros e turistas. Luís dos Santos espera que, com a nova gestão, ele e os antigos colegas possam ser enquadrados. “Temos esperança. Será muito bom para os terminais”, acredita.

A sala VIP tem servido de suporte para o embarque de clientes, todos passageiros do resort Roça das Mangueiras, da ilha do Mussulo, no âmbito de um contrato de exploração celebrado com a entidade que detinha a gestão dos terminais marítimos. Os clientes dos outros resorts, localizados na ilha, têm de esperar pelos barquitos que atracam próximo do cais. Uma das clientes, por exemplo, reclamava da falta de acomodação. “Parecemos refugiados aqui à espera. Nem uma cadeira para sentar!”, protesta.

Um dos responsáveis da sala ‘VIP’, Márcio Fortunato, lamenta

Mercados & Negócios

EMPRESA RECLAMA DE “CONCORRÊNCIA DESLEAL” E BUROCRACIAS

Falta de clientes obriga Textang II a produzir abaixo da capacidade

TÊXTEIS. Desde que foi inaugurada, fábrica produz 30% da capacidade instalada por falta de clientes no mercado. Gerente de produção e logística, Horácio Gotusso, defende que é necessária “concorrência leal para o negócio se tornar sustentável” e propõe a desburocratização de procedimentos e isenções.

Por Guilherme Francisco

Há nove meses em funcionamento, a Textang II está a produzir apenas 30% da capacidade instalada, de 700 mil metros de tecidos por mês, trabalhando num único turno com aproximadamente 200 funcionários.

Horácio Gotusso, gerente de produção e logística, explica que, em causa, está o facto de o mercado estar “deprimido” por causa pandemia e pelo “desconhecimento da existência da indústria têxtil”.

Com 25 produtos feitos com a sua marca, a empresa tem como principais clientes as instituições públicas, com realce para a Ende, e Epal e a Polícia. E pretende estabelecer “uma forte parceria” com compradores privados, através do desenvolvimento de variados produtos. “Estamos a pesquisar clientes privados. Temos visitas de estilistas que estão interessados em desenvolver alguns produtos connosco, é um plano em paralelo com o canal da produção de fardamentos”, refere.

A fazer contactos para estender as vendas ao Zaire e Benguela, após alcançar o mercado do Cuanza-Sul e Huambo, Horá-



cio Gotusso constata a existência de “concorrência desleal” de tecidos provenientes da China, vendidos a preços muito baixos”. Entende, por isso, que concorrer com os chineses vai ser “bastante complicado”, ainda que pratiquem “preços competitivos”, face aos custos de produção e à aceitação do que é produzido localmente.

“Para [a fábrica] ser sustentável, precisamos de uma concorrência leal, o Estado deve acompanhar. Aqui temos uma certa desconfiança de algo que é local, julga-se que não tem qualidade. Se fizer-

700

Mil metros de tecidos por mês é capacidade instalada da Textang II.

25

Produtos feitos com a sua marca

mos uma avaliação dos tecidos e comparar, vão ficar surpreendidos; o nosso produto tem qualidade”, assegura, avançando que a empresa prepara a primeira exportação para um país africano.

Horácio Gotusso insiste que a Textang II “merece um tratamento especial”, enquanto indústria transformadora, como a isenção do IVA na importação de matéria-prima e “menos burocracias” nas autorizações. “Deste modo, proteger-se-ia a indústria local que competiria com os preços baixos dos produtos vindos do exterior”, aconselha.

Pelo reduzido número de clientes, a direcção de investimentos e participações da empresa tem optado por não importar grandes quantidades de algodão. Na penúltima semana de Fevereiro, recebeu mais 200 toneladas de algodão da Nigéria, quantidade suficiente para cobrir três meses de produção.

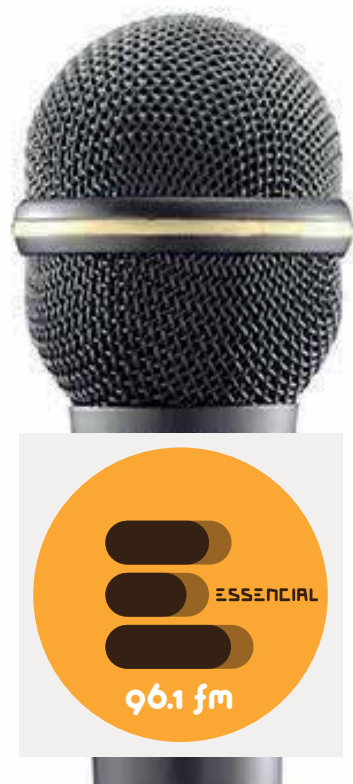
A empresa deseja, entretanto, alterar o quadro com a produção local de algodão em Malanje, e espera que pequenos produtores também possam fornecer a matéria-prima, estando em curso a formação dos agricultores, com os resultados a serem perspectivados para dentro de quatro anos.

“A ideia é ensinar como funciona a semente de algodão porque é um grande constrangimento em comparação, por exemplo, à realidade da Argentina. Aqui não se podem utilizar as sementes geneticamente modificadas, que são mais resistentes e melhoram o rendimento, temos de testar para encontrar sementes que funcionam melhor. É um processo longo, acho que vai chegar a três anos se tudo correr bem”, perspectiva.

Apesar de depender “grandemente da importação” e estar a produzir muito abaixo da capacidade, a Textang II quer tornar-se na maior fábrica têxtil da África subsariana nos próximos cinco anos, segundo Horácio Gotusso.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



DE JURE

Valor
ECONÓMICO

**SUBSCREVA
O SEU VALOR
ECONÓMICO
A PARTIR
DE MARÇO**

Unitário	Pacotes
Semanal: 1.000 kz	Trimestral: 12.000 kz ... Desconto 10%
	Semestral: 24.000kz ... Desconto 20%
	Anual: 48.000kz ... Desconto 30%

COORDENADAS BANCÁRIAS

CONTA BPC KZ: 0065-E 52258-012
IBAN BPC: A006 0010 0065 0145 2258 0127 7
CONTA BIC KZ: 71729933.15.002
IBAN BIC: A006 0051 0000 7172 9933 1522 4



FAÇA JÁ A SUA SUBSCRIÇÃO

Contactos: +244941784791 / +244941784792
Correio electrónico: assinaturas@gem.co.ao
Endereço: Avenida Hoji-ya-Henda,
127 Marçal, Luanda - Angola



CONFLITOS NA UCRÂNIA

TPI vai investigar alegados crimes de guerra

O procurador-geral do Tribunal Penal Internacional (TPI) anunciou hoje a abertura “o mais depressa possível” de uma investigação a alegados “crimes de guerra” e “crimes contra a humanidade” no conflito que assola a Ucrânia desde 2014.

“Estou convencido de que existe uma base razoável para acreditar que presumíveis crimes de guerra e crimes contra a humanidade têm sido cometidos na Ucrânia” desde 2014, disse o procurador-geral da instância internacional com sede em Haia (Países Baixos), Karim Khan, numa declaração citada pelas agências internacionais.

Em 2014, a Rússia invadiu e anexou a península da Crimeia, no sudeste da Ucrânia, depois de um movimento de contestação popular a favor da integração do país na União Europeia (UE).

Na mesma altura, separatistas pró-russos com apoio de Moscovo iniciaram uma guerra na região do Donbass, no leste da Ucrânia, que tinha provocado mais de

14.000 mortos e 1,5 milhões de deslocados até à invasão actual.

A invasão russa em curso no território ucraniano veio agravar ainda mais a situação no terreno.

A Rússia lançou na quinta-feira de madrugada uma ofensiva militar na Ucrânia, com forças terrestres e bombardeamento de alvos em várias cidades, que já mataram mais de 350 civis, incluindo crianças, segundo Kiev.

A ONU deu conta de mais de 100 mil deslocados e quase 500 mil refugiados na Polónia, Hungria, Moldávia e Roménia.

Na passada sexta-feira, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia avançou que o país tinha começado a recolher dados sobre as ações das Forças Armadas russas no âmbito da invasão do território ucraniano para os enviar ao TPI.

A Lituânia avançou hoje, através da sua ministra da Justiça, que pretendia que o TPI investigasse alegados crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos pela Rússia e a Bielorrússia durante a invasão à Ucrânia.





DÉCIMA PESSOA MAIS RICA DO MUNDO

Conflito Rússia-Ucrânia ajuda bilionário indiano a recuperar posição de mais rico da Ásia

OPORTUNIDADE. Subida do preço do petróleo no mercado internacional provocada pelos bombardeamentos da Rússia contra Ucrânia permitiram o empresário indiano arrecadar mais de 2 mil milhões e tornar-se na pessoa mais rica do continente asiático.

Por Redacção

Depois de perder o pódio para o empresário Gautam Adani, em Fevereiro deste ano, o empresário indiano Mukesh Ambani voltou a ocupar a posição de número um do continente asiático como sendo a pessoa mais rica, com uma fortuna avaliada em 87,9 mil milhões de dólares.

Desde os bombardeamentos da Rússia contra a Ucrânia, Mukesh já conseguiu arrecadar 2,8 mil milhões de dólares, elevando a fortuna de 85,1 mil milhões para

87,9 mil milhões de dólares, tornando-se no mais rico da Índia e do continente Asiático. Recuperou também a posição 10 entre os mais ricos no mundo.

O salto deveu-se à subida significativa do preço do petróleo no mercado internacional causada pela tensão entre a Rússia e a Ucrânia.

Mukesh Ambani é presidente do conglomerado Reliance Industries, que considera a energia como maior fonte de receitas. Subiram mais de 3% na segunda-feira, com a recuperação dos preços do petróleo, elevando os stocks de energia na Índia, um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

O impulso serviu para o empresário de 64 anos ultrapassar a fortuna do também bilionário de

infra-estrutura Gautam Adani, que possui 87,8 mil milhões de dólares, e recuperar o título de pessoa mais rica do continente.

Informações dão conta que grande parte do valor arrecadado está prevista para novos investimentos. A empresa deve adquirir, pelo menos, 200 lojas da cadeia de supermercados Future Retail para expandir a presença como maior retalhista da Índia.

A Reliance foi fundada pelo falecido pai de Ambani, Dhirubhai Ambani, em 1966 como uma pequena fabricante têxtil. E tornou-se na maior empresa da Índia com receitas estimadas em 539,2 milhões de rúpias indianas (73,8 mil milhões de dólares), no ano passado, depois de começar a

interessar-se em petroquímica, telecomunicações, petróleo e retalho.

Ambani assumiu o controlo dos negócios da família após a morte do pai em 2002. Ele e a família ainda detêm uma participação de aproximadamente 49% na empresa. É formado em Engenharia Química pela Universidade de Mumbai. Foi funcionário da Reliance Industries desde a juventude. Após assumir a presidência, foi o responsável pela expansão do grupo para novas áreas de actuação, principalmente em assuntos ligados à tecnologia. O executivo também é dono da franquia Indian Premier League Mumbai. É dono de uma mansão avaliada em mais de 1.000 milhões de dólares. Uma das propriedades privadas com maior valor no planeta.

(In)formalizando

GOVERNO DE LUANDA AINDA NÃO CUMPRIU EXIGÊNCIAS

Taxistas de Luanda admitem nova paralisação



Mário Mujetas © VE

TRANSPORTE URBANO. Autoridades provinciais deviam responder a certas reivindicações dos taxistas em um mês, contando de 11 de Janeiro último. Associação nota que o prazo expirou sem qualquer contacto e que as “intimidações” aos taxistas não os vão parar.

Por Redacção

Depois da paralisação verificada em Janeiro, os taxistas de Luanda ameaçam voltar a parar os motores, caso o Governo Provincial de Luanda (GPL) não atenda às exigências apresentadas num caderno reivindicativo, no mês passado.

Ao **Valor Económico**, o presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (Anata), Francisco Paciente, explica que, após o encontro que resultou na

suspensão da greve de 10 de Janeiro, o GPL, que tinha um mês para responder, não voltou a reunir-se com as associações como ficara acordado. De lá para cá, acresce, as associações têm apenas mantido diálogos com a Polícia que, entretanto, não pode responder pelas suas reivindicações.

Francisco Paciente reafirma, por outro lado, que continua a ser “ameaçado e perseguido” por supostos elementos da secreta, mas garante que os taxistas não vão desistir. A presença de “elementos estranhos” nos núcleos das associações é também como um factor de intimidação, já que, como refere, a missão dos indivíduos em causa “é criar instabili-

dade”. No documento entregue ao GPL em Janeiro, entre outras condições, os taxistas exigiam a profissionalização da actividade, a inserção na segurança social, a permissão de entrada nas centralidades (caso do Sequele) e a redução dos lilitos à lotação. De todas, apenas a última foi imediatamente atendida e, segundo Francisco Paciente, espera-se por negociações para a inscrição na segurança social, no âmbito do Projecto de Reconversão da Economia Informal (Prei), do Ministério da Economia e Planeamento.

CONTRA OS ‘ILEGAIS’
Outra das preocupações dos taxistas continua a ser a existência de

muitos operadores sem licença, situação justificada com as “fragilidades” de fiscalização.

Dados das associações apontam para a existência de mais de 35 mil ‘azuis e brancos’ em Luanda, mas o GPL garante controlar apenas metade deste número, ou seja, 17.500. E apenas 4.500 estavam licenciados até 2021.

Quem se encontra regularizado queixa-se de “concorrência desleal”, já que, além de não pagarem os custos do licenciamento fixados em 75 mil kwanzas, os irregulares, na maioria dos casos, não pagam o seguro automóvel e o Imposto Sobre os Veículos Motorizados (IVM).

De outro lado, os infractores defendem-se, alegando que quem cobra também não cumpre com o seu papel, visto que as estradas continuam com “buracos que danificam prematuramente os veículos” e que as vias estão “sem iluminação”. Além disso, ainda reclamam dos recorrentemente denunciados subornos à Polícia.

O presidente da Anata reconhece as práticas que considera “condenáveis” e acresce que as mesmas demonstram a “fragilidade das nossas instituições”. Francisco Paciente insiste, no entanto, que a profissionalização dos taxistas poderá ajudar a combater estas “más práticas”, uma vez que só poderão considerados táxis os carros que estiverem devidamente identificados e legalizados. “Deixaremos de ouvir que os passageiros foram assaltados dentro do táxi como temos estado a ouvir constantemente”, acredita.

Dados da Anata inidam que um táxi em Luanda, em média diária, transporta 240 pessoas, o que garante um rendimento médio de 36 mil kwanzas/dia. Além de outros custos operacionais, o valor é repartido entre o proprietário da viatura, o motorista, o cobrador, os lotadores, e... a gasosa do polícia.

75

Mil kwanzas, custo da licença do taxi

36

Mil kwanzas, facturação média diária de um taxi em Luanda

Taça Cheia

96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Opiniões



Mário Nijettes © VE

Nunca é de mais falar de educação (mesmo incomodando)



Alves da Rocha,
economista

O sistema de educação (e formação) é uma componente do sistema socioeconómico do país. Se bem que nenhum deles se possa considerar subordinante relativamente ao outro – dadas as mais do que evidentes sinergias, articulações e interligações entre si e já devidamente validadas e confirmadas por inúmeros estudos empíricos – creio, porém, que o sistema económico e a dinâ-

mica de crescimento e modernização que se conseguir imprimir no futuro desencadearão efeitos muito importantes sobre a performance do sistema de ensino, e particularmente pelas vertentes da produtividade e dos salários.

No fundo, é uma parte duma discussão mais geral e abrangente que coloca os sectores sociais em confronto com os sectores económicos em termos da prioridade que devem ter no processo de reconstrução do país, numa perspectiva de estabilização e solidificação de alterações estruturais, e de afectação de recursos. É um dado incontornável que a rendibilidade dos sectores sociais – muito particularmente a educação – a longo prazo é a mais elevada que uma economia pode apresentar. Mas forçoso é, também, reconhecer que até se chegar ao longo prazo – enquanto

O sistema de educação de Angola padece de três problemas essenciais: o limitado acesso, a baixa qualidade e os exíguos recursos financeiros para a sua expansão.

se aguarda que os investimentos humanos e físicos nas infraestruturas sociais se reproduzam com a intensidade que se reconhece – a economia tem de andar¹. E é justamente neste quadro que se coloca a ‘velha’ questão do modelo de cres-

cimento económico: intensivo em força de trabalho ou intensivo em capital e tecnologia. O primeiro pode funcionar com uma proporção mais elevada de mão-de-obra indiferenciada, enquanto o segundo só se torna viável e eficiente com uma força de trabalho qualificada e competente. Então sobre esta temática o meu ponto de vista é sinteticamente o seguinte: os sectores sociais são primeiro consumidores de recursos antes de serem produtores de capital humano. Os sectores económicos, mais reprodutivos a curto/médio prazo, são quase imediatamente produtores de crescimento económico, o que é fundamental para o financiamento do desenvolvimento social. Só que haverá um momento – que deve ser determinado e que varia de país para país consoante o seu estágio de desenvolvimento – a partir do qual o sub-

desenvolvimento e atrofiamiento dos sectores sociais impedem a reprodução, em escala alargada e tecnologicamente intensiva, do sistema económico, constituindo-se, então, num entrave ao desenvolvimento económico e à modernização dos sistemas produtivos. Se o processo de crescimento e equilíbrio dos sectores sociais e económicos for mais ou menos este – nas primeiras etapas os segundos devem garantir a acumulação (poupança) necessária para o financiamento dos primeiros – então os primeiros estádios da reconstrução e crescimento poderiam ser sobretudo preenchidos pelos sectores económicos e que o primeiro sector social a ser privilegiado na criação das condições básicas para a sua extensificação e intensificação futuras deveria ser o da educação, como o grande alfobre da

“A gestão de sinistros adequada e que garanta a satisfação do sinistrado irá contribuir para ajudar a aumentar a reputação do sector segurador.”

constituição do capital humano do país. O aparecimento/determinação daquele ponto de inflexão traduziria, por exemplo, o esgotamento dum modelo de crescimento intensivo em mão-de-obra e a necessidade de se passar a um outro mais apoiado em capital, tecnologia e “know-how”². Por isso é que a programação do desenvolvimento económico deve ir de par com o planeamento da educação, alimentando-se, mutuamente, com informações e convergências de projectos e acções. Apesar da necessária ‘décalage’ entre sectores sociais e sectores económicos nas primeiras etapas dum processo de reconstrução e crescimento económico, os investimentos nos primeiros, mormente na educação – que é uma verdadeira infraestrutura do desenvolvimento sustentado – não devem situar-se abaixo duma certa massa crítica, sob pena de se entrar numa zona de descapitalização de saber e de conhecimentos. Estes limites críticos, atendendo às estatísticas sociais em Angola, desde sempre, não foram levados em consideração pelos gestores públicos depois da independência.

A guerra, a deficiente gestão dos recursos públicos e a corrupção impediram que Angola aproveitasse uma oportunidade histórica de, simultaneamente, investir, com intensidades semelhantes, nos sectores económicos e nos sectores sociais, conferida pelas elevadas receitas do petróleo. Se aqueles empecilhos não tivessem existido, o debate, hoje, sobre a produtividade e a competitividade colocar-se-ia num outro patamar bem diferente.

As considerações anteriores justificam que se dê à questão da educação em Angola – para delimitar os respectivos intervalos de possibilidades de progressão, modernização e desenvolvimento – um enquadramento macroeconómico, porque, e como referido já anteriormente, se lida também com realidades e conceitos de produtividade e salário.

O sistema de educação de Angola padece, desde a sua implementação três anos depois da independência, de três problemas essenciais: o limitado acesso, a baixa qualidade e os exíguos recursos financeiros para a sua expansão e melhoria. Problemas que se arrastam e dos quais derivaram características estruturais difíceis de ultrapassar a médio prazo: elevadas taxas de insucesso esco-

lar, má qualidade do ensino derivada da baixa qualificação dos professores, excessivas taxas de abandono escolar devido à incidência da pobreza³ e deficientes estruturas escolares por falta de investimentos básicos em capital público físico. Se se acrescentar o intenso crescimento demográfico do país – a uma taxa média anual de 3% – fica-se com um retrato fiel da situação do sector da educação. É justamente num contexto como este que a questão da política salarial deve ser equacionada. E o ponto de reflexão pode ser este: é pela política salarial que os crónicos problemas do sistema de educação em Angola devem começar a ser resolvidos? Melhores salários do pessoal docente serão suficientes para se atenuar sensivelmente o quadro de ineficiência do ensino? É evidente que as remunerações dos docentes são apenas uma parte do problema, e, por isso, falar-se apenas de política salarial dos docentes é muito redutor. O que é uma política salarial para o pessoal docente? Que objectivos deve prosseguir? E com que instrumentos os atingir?

Seguramente que o Governo e as organizações sindicais representativas do pessoal docente já confrontaram, por várias vezes, as suas propostas de política de remuneração para os trabalhadores deste sector. E ainda que o acordo não tenha sido total – as greves são disso uma prova – existe uma política salarial do Estado para a vertente pública do sistema de ensino. Evidentemente que para a componente do ensino privado não existe política salarial, a não ser a que é determinada pelos mecanismos do mercado de trabalho.

¹É igualmente por este viés que os 27 anos de guerra civil devem ser apreciados: os investimentos maciços na educação deveriam ter começado logo imediatamente depois da independência – atendendo ao estado em que o sistema colonial deixou o país neste aspecto – para que hoje tivéssemos a colher os respectivos frutos em matéria de produtividade, salários, competitividade, modelo capital/tecnologia intensivo, sociedade baseada no conhecimento, etc. Muito mais do que foi feito poderia ter sido realizado, não fossem a deficiente gestão dos recursos públicos, a corrupção, a escala (última) que a educação sempre mereceu no processo das escolhas públicas, etc.

²O ponto de inflexão representa o abrandamento do ritmo de crescimento económico assente num modelo proporcionalmente intensivo em mão-de-obra indiferenciada, que tem subjacente uma determinada proporção constante dos investimentos em educação. Evitar/ultrapassar este ponto de quebra de intensidade do crescimento passa por se alterar/inverter a proporção na taxa global de investimento da economia em favor dos sectores sociais, criadores de condições de aumento do produto potencial da economia.

³Ver a propósito o Relatório do MICS II do INE e do UNICEF (2003).

Uma gestão de sinistros eficiente ajuda a reputação do sector segurador



Miguel Guerreiro,
Manager
EY, Assurance
Financial
Services

Entre as várias especificidades que o sector segurador apresenta, existe uma que se destaca das demais, que é o seu ciclo de produção ser invertido, isto é, o cliente paga primeiro o serviço e só depois, e somente no caso da ocorrência um evento adverso, é que irá usufruir do serviço. No caso das companhias de seguros, o serviço é o cliente estar protegido destes eventos adversos que possam eventualmente ocorrer, aos quais se dá o nome de sinistros.

A gestão de sinistros representa uma das principais actividades numa seguradora, pois, além de ter especificidades técnicas próprias, a gestão de sinistros surge no momento em que as companhias de seguros têm de assumir as responsabilidades perante os tomadores ou de terceiros com a regularização de sinistros ocorridos, bem como fazer a gestão corrente dos mesmos (garantir que toda a documentação para abertura de um sinistro está reunida, garantir que o sinistro reportado está em conformidade com as condições gerais e particulares

da apólice, acompanhar o nível de provisionamento face à expectativa dos pagamentos que irão ocorrer, acompanhar os pagamentos aos sinistrados e por garantir que os sinistros, quando regularizados, são devidamente encerrados). Adicionalmente, é quando existe a ocorrência de um sinistro que a companhia de seguros tem contacto com o sinistrado, o que, por vezes, acontece em circunstâncias de fragilidade, pois os sinistrados acabaram de sofrer uma perda de algum género, por isso as companhias de seguros sabem que quanto mais rápida e eficiente for a regularização do sinistro maior a satisfação do tomador ou do terceiro envolvido no processo e isso ajuda na credibilidade do sector segurador.

Num processo de gestão de sinistros eficiente e que corresponda com as expectativas dos clientes, a companhia de seguros deverá ter parceiros como peritos, oficinas, clínicas que garantam um serviço de qualidade, para além disso, e de uma relevância enorme na sua actividade, as companhias de seguros, deverão de assegurar uma robustez financeira capaz de fazer face a eventuais sinistros que venham ocorrer sob a sua responsabilidade. Adicionalmente as companhias de seguros deverão também ter em consideração os custos incorridos com os parceiros, isto é, companhia de seguros para garantir a qualidade de serviço e robustez financeira deverá monitorizar a qualidade dos serviços pres-

tados pelos parceiros assim como ter uma visão crítica dos custos por eles apresentados ou orçamentados, com controlos apertados, p.e. auditorias regulares aos processos.

Com o ciclo de produção invertido e o cliente a pagar antes de usufruir dos serviços, é necessário que haja uma política de investimentos adequada por parte das companhias de seguros assim como uma política de provisionamento devidamente adequada à carteira de seguros e possuir indicadores de monitorização da rentabilidade dos produtos de seguro.

Com o objectivo de garantir e avaliar a política de provisionamento das companhias de seguros o novo regime jurídico para a actividade seguradora e de resseguro, o qual se espera que entre em vigor brevemente, vem instituir a função actuarial no organograma das companhias de seguros, esta função além de analisar o pricing dos produtos de seguros terá também que avaliar o nível de provisionamento efectuado pelas companhias de seguros, o que tarará um conforto adicionalmente aos stakeholders.

Em resumo, a gestão de sinistros adequada e que garanta a satisfação do sinistrado irá contribuir para ajudar a aumentar a reputação do sector segurador e com isso ajudar a aumentar o nível de penetração do mercado segurador, contudo, é necessário que as companhias de seguros tenham uma robustez financeira adequada para fazer face às obrigações.



Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

A actualidade desta semana foi marcada pelo que o presidente russo Vladimir Putin explicou como “intervenção para a defesa da integridade do território russo dos avanços sistemáticos da NATO” – o mesmo que o ocidente, inspirado pela narrativa dos EUA, classificaram como ‘indiscutível e insana invasão a um país soberano’... Como as narrativas diferem consoante as perspectivas e como é fácil extremar posições que se apressam a expressar apoios a uma ou a outra parte como se de contenda futebolística se pudesse tratar uma guerra que mata e separa famílias (geralmente as mais vulneráveis), e que não pode ser ganha por só se traduzir em perdas para todos.

Mais motivos para um certo conservadorismo opinativo não faltam. O facto de, na Rússia, terem sido detidos milhares de manifestantes que não concordam com a guerra iniciada pelo seu governo, apesar de se terem tornado todos alvo do ódio mundial, quebra a ideia de que os ‘russos são o papão, o eixo do mal’. O facto de nas fronteiras ucranianas os africanos, maioritariamente estudantes e onde se contavam angolanos, terem sido vítimas de racismo, claro, quando foram impedidos durante dias de embarcar em transportes para fora do país porque as peles claras passavam primeiro, levou o apoio incondicional africano à Ucrânia a dar dois passos atrás e a lembrar-se de que o continente tem demasiadas ‘malambas’ para que a prioridade na agenda seja a Ucrânia. O facto de a desinformação e o uso de imagens antigas ou deturpadas para alimentar mitos (como o tanque que se viu esmagar um carro, mas que,



em vez de russo, era ucraniano, ou como as fotos de um presidente em farda militar serem do ano passado aquando de uma visita) mostram que a manipulação da opinião pública é facilitada particularmente num cenário em que meios de comunicação russos foram bloqueados de modo a que só a narrativa ocidental possa ter voz sem contraditório. Tudo factos que lembram que as ‘aparências aparudem’ e que a escolha de lados por emoção pode bem levar a enganar.

Uma das abordagens mais imprevisíveis, mas simultaneamente inteligentes e mais bem conseguidas que vi sobre esse tema foi a do sul-africano Trevor Noah, que apresenta o Daily Show nos EUA, e que antes da intervenção/invasão brincava com as palavras de Putin acerca da presença de tropas na fronteira com a Ucrânia e que, de forma cómica, conseguia colocar em cima da mesa as perspectivas de um e do outro lado (isto

num país habituado à narrativa de que a Rússia é o mal e em que qualquer outra perspectiva é um acto de coragem). Porque a verdade estará provavelmente algures pelo meio.

O que é facto indiscutível é que a nova guerra, que se junta a outras menos mediáticas, porque não são do interesse de quem comanda os meios de comunicação de massas a nível internacional, é fruto, mais uma vez, da falta de entendimento entre líderes políticos, é fruto da intolerância, da falta de diálogo, da prepotência de que menospreza as vidas que se vão perder nesses conflitos. O ataque começou e, no dia seguinte, já havia relatos de mais de 100 mortos que incluíam civis.

Outro facto indiscutível é que os ataques de umas nações a outras são fruto de interesses económicos que estão sempre por detrás das intervenções militares e que rendem biliões a alguns que beneficiam das vendas de armas e dos recursos naturais que os territó-

Em Angola, antes de ‘começarmos a rir’, porque somos produtores de petróleo e o nosso Brent valorizou lá fora, é bom ouvir as vozes que aconselham cautela – e cautela porque estes aumentos têm claros e brutais efeitos colaterais inflacionários.

O gás e o petróleo dispararam, o gás cerca de 25% e o petróleo para mais de 105 USD por barril.

Em Angola, antes de ‘começarmos a rir’, porque somos produtores de petróleo e o nosso Brent valorizou lá fora, é bom ouvir as vozes que aconselham cautela – e cautela porque estes aumentos têm claros e brutais efeitos colaterais inflacionários.

Tudo sobe de preço quando a energia aumenta de preço, a comida, sobretudo os grãos de que todos tendem a aumentar os stocks, sobe tudo de preço, sobretudo quando estão envolvidos produtores e produtos agrícolas essenciais, que, como tudo, precisam de energia para serem produzidos. A Ucrânia e a Rússia são, ambas, produtoras-chave que vão certamente levar a que a demanda dispare e com ela mais ainda a pressão sobre os preços.

Para países como o nosso, este disparo no preço do petróleo e gás tem o condão de tirar com uma mão o que dá com a outra, produzimos por um lado o petróleo que valorizou, mas como não produzimos mais nada de relevo e vivemos de importação, vamos provavelmente gastar o que ganhamos a mais a comprar trigo ou arroz que não produzimos e que vão encarecer. Dores de um mundo globalizado, que doem mais para países que não conseguem passar de consumidores a produtores do que consomem e se habituaram a importar. No nosso caso, essas dores são acirradas porque, para além de precisarmos de importar a maioria da comida que consumimos, continuando a comprometer a segurança alimentar do país, até mesmo o combustível temos de importar porque, apesar de produtores de petróleo pouco sabemos refinar. Um quadro que só foi diferente quando era o colono a mandar numa altura em que Angola produzia muita coisa com mão-de-obra semi-escrava, produção a que ‘os libertadores’ não conseguiram dar continuidade com a liberdade essencial da independência.

A propósito de libertadores, e agora pergunto eu, depois da tomada de posição da União Africana contra a invasão, depois da condenação inequívoca vinda de várias frentes, do aviso dos EUA de que países que não condenam a acção militar da Rússia poderão entrar na lista negra, o que fará o Governo de Angola, composto pelo partido com laços estreitos ao antigo bloco da União Soviética?

rios intervencionados têm, e que, como sabemos pela nossa própria história de guerra, rapidamente passam de ‘recursos bênção’ para ‘recursos maldição’.

Os EUA, na guerra que Biden se esforçou tanto por terminar depois de mais de 20 anos no Afeganistão, gastaram 14 triliões de dólares, um número superior à dívida soberana dos EUA com estrangeiros que não chega aos 10 triliões de dólares e que em cerca de metade, segundo alguns estudos, foi para as mãos de produtores de armas e de tecnologias de guerra. Há sempre quem facture das misérias de guerra e uma Ucrânia que fornece gás à Europa e que é uma das referências mundiais da produção de urânio, é certamente um activo geopolítico apetecível para potências permanentemente em disputa como os EUA e a Rússia.

Depois da entrada de tropas russas em solo ucraniano, as bolsas mundiais entraram em pânico.

“O primeiro Relatório Económico de Angola centrou a sua pesquisa sobre a nova situação de partida do país uma vez obtida a paz...”

Comemoração dos 20 anos do CEIC e do seu relatório económico



UCAN -
Universidade
Católica
de Angola

Ao comemorar os 20 anos da sua criação em 17 de Março de 2002, a Universidade Católica de Angola (Ucan) e o seu primeiro Centro de Investigação vão organizar uma série de eventos, que condignamente retratem a sua importância enquanto instituição mais representativa da pesquisa social em Angola, durante 2022.

No dia 4 de Abril de 2022 celebram-se, igualmente, 20 anos sobre a assinatura dos Acordos de Paz que criaram janelas importantes de oportunidades para a modernização das estruturas produtivas, a renovação dos tecidos sociais e o aprofundamento da democracia política.

Na visão de D. Damião Franklin, primeiro reitor da instituição, o completamento do círculo virtuoso do ensino universitário não aconteceria sem que existisse um centro de investigação, destinado a apreender conteúdos modernos das disciplinas académicas (transmitindo-os da melhor maneira aos estudantes), mas igualmente a criar conhecimento, só possível através da pesquisa. Na concretização desta visão exerceram também um papel decisivo D. Filomeno Viera Dias, arcebispo de Luanda e naquela data vice-reitor da Ucan e D. José Manuel Imbamba, arcebispo de Saurimo e em 2002 secretário-geral da Ucan. Igualmente como um dos grandes incentivadores da pesquisa na Ucan deve ser destacado monsenhor Alves Cachadinha (do grupo de funda-

dores da Ucan), sistematicamente interessado no desenvolvimento e no engrandecimento do CEIC e na divulgação (interna e internacional) dos seus produtos. Do mesmo modo, a Dra. Maria Helena Miguel se colocou, enquanto vice-reitora para a Área Académica da Ucan, ao lado da necessidade da investigação científica como elemento agregador de conhecimento e fundamental para a qualidade dos conteúdos curriculares da Ucan. Identicamente se deve um destaque ao Padre Jerónimo Cahínga na sua qualidade de vice-reitor para a Investigação e Extensão Universitária.

Estiveram, também, na origem da criação do Centro de Estudos da Católica de Angola, Justino Pinto de Andrade, Carlos Leite (representante-residente do Fundo Monetário Internacional em Angola à data), Ennes Ferreira (Professor Associado do ISEG), Alves da Rocha, Adão Avelino e Emílio Grión. Todos estes “fundadores” tinham à data relações profissionais e académicas com a Ucan, donde ter sido fácil interpretar as reais necessidades de investi-

gação social do país.

O primeiro Relatório Económico de Angola centrou a sua pesquisa sobre a nova situação de partida do país uma vez obtida a paz, na presunção de que a ausência de guerra era um factor de desenvolvimento económico extraordinário, havendo que aproveitá-lo da melhor maneira para a construção de um futuro que apagasse os tremendos sacrifícios de guerra consentidos pela população mais pobre, mais carente e mais marginalizada do país.

Os Relatórios Económicos seguintes acabaram por provar que esta ambição não se concretizou como teria sido possível, tendo-se verificado ciclos de empobrecimento crescente, coincidentes com ciclos de enriquecimento sem justa causa. Esta função de denúncia da deterioração das condições sociais e económicas foi uma das que o CEIC desempenhou ao longo dos seus 20 anos de existência, no convencimento de que as suas chamadas de atenção, baseadas em pesquisa científica e evidências empíricas de índole variada, pudessem alertar os

decisores das políticas económicas e sociais para os erros de interpretação que foram sendo cometidos e que se expressaram em políticas de intervenção desadequadas da realidade. Nesse primeiro Relatório Económico 2002 sugeriu-se que a reconstrução do país, depois de 27 anos de guerra civil, levasse em consideração reflexões em torno das consequências decorrentes da instauração do socialismo em 1976, com os seus modos de produção próprios e a necessidade de construção de novas relações de produção, uns e outras que alteraram profundamente os tecidos sociais e as estruturas produtivas existentes à altura do colonialismo. É uma reflexão que ainda está por fazer, tendo o CEIC alguma responsabilidade no seu atraso.

A equipa do Relatório Económico 2002 apresentou os seguintes integrantes: Alves da Rocha (coordenador), Idalina Valente, Carlos Leite, Marinela Amaral, Marília Poças, Ondina Neto e Ramos da Cruz. A integração de novos elementos foi acontecendo ao longo dos

anos, sendo participantes do Relatório Económico 2019-2020: Alves da Rocha (coordenador), Ana Duarte, Fernando Pacheco, Francisco Paulo, José Oliveira, Luís Bonfim, Manuel Alberto, Regina Santos, Teurio Marcelo e Wilson Chimuco.

Um reconhecimento especial a alguns colaboradores de sempre do CEIC, desde as primeiras horas e mesmo nos momentos mais difíceis da instituição: Fernando Pacheco, José Oliveira, Ana Duarte, Luís Bonfim e João Fonseca.

ALGUNS DESTAQUES DOS 20 ANOS DO CEIC:

- O lançamento do projecto da *Palanca Negra* em 2003 que conseguiu demonstrar a sobrevivência deste símbolo nacional após o conflito armado. Esse trabalho, que alcançou eco internacional, traduziu-se na publicação de um Relatório e a outorga do prestigiado prémio *Whitley Award for Nature* ao Eng.º Pedro Vaz Pinto.
- A instituição em 2005 de um ciclo de conferências e palestras anual com temáticas sociais, históricas, culturais e económicas envolvendo em debates as mais diferentes organizações e personalidades da vida intelectual de Luanda e incentivando os alunos da Ucan a fazerem da pesquisa o seu acervo de conhecimentos científicos e práticos.
- O importante apoio financeiro da embaixada da Noruega que permitiu admitir investigadores e desenvolver um programa consistente de projectos de pesquisa.
- A colaboração com o CMI e as publicações conjuntas CEIC-CMI (*Angola Brief*).
- Em 2007, a publicação da revista académica da Ucan ‘*Lucere*’.
- A criação do modelo macroeconómico para a economia de Angola (*moducan*) com a colaboração do Jan Isaksen do CMI.



Opiniões

Resistir ao selo fiscal, um paradoxo surpreendente

Durante anos, os produtores de bebidas em Angola exigiram ao Estado resolver dois problemas candentes: a concorrência desleal dos operadores fantasma que produzem sem regras, alimentam o mercado informal e fogem aos impostos; e a falta de fiscalização do sector, que põe em risco as empresas formais e a saúde dos consumidores. No ano passado, as autoridades deram ouvidos aos empresários e criaram o Programa Nacional de Selos Fiscais de Alta Segurança (PROSEFA). Num volte-face surpreendente, o programa que vai pôr ordem no mercado sofre agora a resistência de quem sempre exigiu a regulamentação do sector – nem mais, nem menos que os próprios produtores de bebidas.



Elias Veloso,
Especialista
em Direito Civil

Em Julho de 2021, no programa 'Directo ao Ponto', da TV Zimbo, Diogo Caldas, do Conselho Fiscal da Associação Industrial de Bebidas de Angola (AIBA), denunciava: "Existe uma grande concorrência desleal no nosso sector em várias vertentes, começando pelo lado tributário, onde há muitos que não pagam impostos". No mesmo programa, Diogo Caldas era secundado por Ágata Russel, também membro da associação. "O Estado está a perder receitas que poderia estar a angariar com quem fazer bem as coisas".

Às críticas sobre a falta de regulação, juntaram-se comentários sobre a fiscalização precária deste mercado. "As indústrias que são fechadas" por quebrar as regras, disse Diogo Caldas, "instalam-se depois num outro quintal ou num outro armazém, são fábricas que têm muito poucas condições de higiene e poucas condições para os trabalhadores, não pagam impostos". "É muito crítico", concluiu.

"Crítico" é uma boa palavra para descrever o panorama. A luta da AIBA por proteger o sector é legítima e as preocupações que expôs no 'Directo ao Ponto' são mais que fundamentadas. Como denunciaram, esta actividade económica é dominada pela infor-

malidade e por "para-queidistas" que inundam o mercado com bebidas de origem duvidosa. Não pagam impostos, não respeitam padrões de qualidade, actuam na ilegalidade absoluta. Para eles, o negócio é redondo: reduzem os custos ao mínimo sem cumprir regra alguma e elevam os lucros a níveis estratosféricos.

Neste cenário complicado, os produtores formais e certificados saem a perder. As empresas sérias investem quantidades enormes para garantir a qualidade das bebidas que lançam no mercado. Cumprem as leis, pagam impostos, fazem "bem as coisas", usando a expressão de Ágata Russel. No entanto, em vez de serem compensadas por isso, são encostadas à parede pela concorrência desleal.

Ciente desta desigualdade, o Governo tomou medidas contundentes e lançou o PROSEFA, programa de selos fiscais para as bebidas alcoólicas, açucaradas e também para o tabaco e seus sucedâneos. Como noutras partes do mundo, o selo é a forma mais ágil e eficaz de regular este tipo de mercados. Permitirá, sem subterfúgios, controlar e fiscalizar quem paga ou não o Imposto Especial sobre o Consumo (IEC) a que estão obrigadas as bebidas alcoólicas e açucaradas, remetendo os infractores às autoridades correspondentes. Será também fundamental para conhecer a origem dos produtos, quem os fabrica e até para comparar a produção real à declarada ao fisco, expondo possíveis discrepâncias manhosas.

Desta forma, o Estado garantirá a tal justiça tributária que a AIBA tanto exige, e com razão. E é aqui que se dá um paradoxo: se

há poucos meses, a AIBA exigia ao Governo medidas de fundo para o combate à concorrência desleal, hoje opõe-se com contundência à solução mais lógica para resolver o problema: os selos fiscais. O PROSEFA é a única forma de combater as actividades ilícitas? Seguramente que não. Mas é a mais eficaz, como o comprovam pesquisas feitas noutros países e corroboradas pelo Banco Mundial e várias organizações, que apontam para a redução de contrabando e produtos contrafeitos na ordem dos 50%, depois da introdução de medidas similares.

As contradições prosseguem. No programa da TV Zimbo, Ágata Russel, membro da AIBA, comentava que, no cenário actual, dominado pela contrafacção e adulteração de bebidas, o consumidor "não sabe o que está a consumir". "É uma questão de saúde pública", exclamava (uma vez mais, com toda a razão). Como é público, esta também é uma das preocupações do PROSEFA, que apresenta soluções contundentes para mitigar o problema. A capacidade de rastrear os produtos selados desde o ponto de produção até ao posto de venda, permitirá retirar rapidamente do mercado produtos adulterados. Por outro lado, um possível aumento de preços de venda ao consumidor (totalmente ao critério dos empresários e vendedores) poderá desincentivar o consumo de bebidas potencialmente danosas para a saúde.

Mais uma vez, o que parecia ser uma medida consensual, acabou por não o ser. Num comunicado de imprensa recente, a AIBA inferiu que entende a aposição de selos em "bens como o tabaco e bebidas

espirituosas" com "valor unitário mais elevado", mas que "não vê vantagem para o consumidor ou para a indústria" na inclusão das cervejas, refrigerantes ou águas açucaradas no PROSEFA. Indica inclusivamente que estes produtos, afinal, não são tidos nem achados pelos contrafactores.

O que a AIBA parece não entender é que o que para os empresários é um "não problema", na verdade, é uma maka das grandes em termos de saúde pública em Angola (a mesma saúde pública que defendia com unhas e dentes há poucos meses). O alcoolismo galopante no nosso país não é feito de borbulhas de champanhe cara ou de destilados escoceses – são precisamente as bebidas mais acessíveis as que dispararam esta epidemia que mata, causa cirroses hepáticas, cancro, doenças cardiovasculares, que provocam transtornos mentais e comportamentais. E que tal os refrigerantes e bebidas açucaradas e os índices de diabetes e obesidade que são, por si só, um atestado de vida a prazo?

Os industriais de bebidas têm uma responsabilidade social importantíssima e não podem usar o argumento de "saúde pública" como arma de arremesso demagógica contra o Estado, unicamente para atingir os seus fins económicos. Têm de ser consequentes e reconhecer que a preocupação de Angola não é um capricho, mas sim parte de uma discussão global séria, promovida e avalada por instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Se a AIBA não vê "qualquer vantagem" na selagem de todas as bebidas alcoólicas e açucaradas, pois a OMS, que conhece a realidade a nível mundial e não somente o

seu próprio umbigo, confirma que medidas como os selos fiscais ou o agravamento de taxas e impostos sobre bebidas alcoólicas e açucaradas têm um impacto real na melhoria da saúde pública global.

No fundo, o esgrimir de argumentos parece querer distrair tudo e todos da real preocupação da AIBA – a necessidade de fazer adaptações nas linhas de produção para cumprir as regras do PROSEFA e que, comenta, podem aumentar o preço das bebidas. Os investimentos adicionais necessários são baixos, mas reais, porém, o esforço para ter um mercado funcional e regulado não pode partir só do executivo. Na verdade, se de incentivos falamos, o Governo tem demonstrado uma enorme flexibilidade para entender os problemas deste sector em específico e viabilizá-lo economicamente.

Quando, em 2019, o IEC sobre as bebidas subiu de 16% para 25%, os empresários exigiram imediatamente a reversão da medida. O Governo encetou, então, negociações exitosas. Em finais de 2020, reduziu o IEC de 25% para 8%, para os refrigerantes e 11% para as cervejas e sidras – valores inclusivamente mais baixos do que os 16% cobrados em 2019.

Esta redução significativa foi fruto de um acordo entre as autoridades e a indústria de bebidas, demonstrando que não há medidas unilaterais e que não há uma corrida febril aos impostos por parte do executivo (o selo fiscal nem sequer é um imposto). Pondo as cartas em cima da mesa é possível encontrar consensos e actuar em prol da protecção da população e da correcta arrecadação dos tributos.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

[Enviar mensagem](#)

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 296 Likes 517 Partilhas 67

A capa da edição 296 do Valor Económico alcançou mais de 30 mil internautas e perto de cinco mil interações essencialmente sobre o temas das sondagens de janeiro e fevereiro da Angobarómetro que apontam para que 70% dos mais de quatro mil inquiridos acredita na alternância política por via democrática.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Paulo Fernandes Domingos

Em países sérios onde também realizam eleições serias esse MPLA PT Gangue já era!!!! Andamos a ser cafricados a 46 anos Angola quo vadis Angola 46 depois!!!!



Gidalti Milagre Domingos

Como reforço do resultado do estudo, era bom anexarem também Qual foi a amostra, e qual os "critérios" usados para determinação da mesma???



Antonio De Freitas Freitas

Pra mim este Governo está bom, deve ter mais 5 anos ...



Franlisbi Bila

Não acho que o PRS esteja melhor que o BD, mas prontos!



Paulo Fernandes Domingos

Franlisbi Bila PRS qual esse partido???? Benedito Daniel só vende a sua política para os Lundas!!! O Bloco tem de dinamizar mais as suas atividades o MPLA PT Gangue a muito que vem perseguindo o BD lembram o que aconteceu em 2008 com o BD



Luíz Garson Mário

Só uma fraude, como de costume, poderá inverter esse quadro.



Daniel Manzala

Em outros países, essas sondagens passariam nas televisões.



Pacto de Varsóvia

Por via democrática?? Como assim, se Angola não é um país democrático?? Não se enganem, por via do voto o MPLA não perde às eleições.



Eric Alaric

Mas a fraude já está sendo preparada a muito tempo. Desde a alteração tendenciosa da Lei Eleitoral, a contratação da INDRA especialista em fraudes eleitorais, a nacionalização de congolese democratas, dificultar a atualização do registo eleitoral nos tais BUAP, a comunicação pública a diabolizar a imagem do principal opositor, a corrupção dos eleitores oferecendo-lhes dinheiro, corrupção nas igrejas com votos dirigidos pelos pastores do sistema, etc. É um Deus nos acuda



Santiagomalaquias Santiago

Vão esperando, os que iriam votar em vocês deixaram na jamba



Kiabala Sebastiao

Jornal aos serviços dos imperialistas



Samuel Joaquim Dvinci Cossengue

Este é dos poucos jornais que vejo credibilidade e não sei como não corromperam incrível. Este tipo de informação mata o regime e só deve ser alguém muito sensato que gere este jornal e mais, sei que todos têm preço mas este preço que seja da liberdade e não dá troca do sofrimento dos oprimidos. Bem-haja a este jornal. Continuem a pautar um dia terão o devido merecimento. Parabéns.



Victor Ferraz

Entrevistaram quantas pessoas? De que pontos do país como foi feita a colheita de dados? Qual a percentagem do intervalo de confiança? Entre outros elementos necessários nessas pesquisas? Que meio foi usado para as entrevistas (telefone ou outro meio)?



Joaquim Bota

Victor Ferraz a sondagem foi feita por intermedio de um link na qual tive a honra de participar, se tens dúvida problema seu.



Victor Ferraz

Joaquim Bota eu não quero discutir com ninguém, não estou nem aí jovem.



Fafas De Sousa Fastudo

Isto é o que eu quero, tem que acontecer em agosto, pelo menos os nossos filhos terão outra direção da vida

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban: 0051 0000 7172 9933 1512 7

Covid-19

EM TODO O PAÍS

Praias reabrem a partir de 5 deste mês

As praias vão reabrir a 5 de Março, após terem sido encerradas desde 01 de Outubro de

2021, anunciou o coordenador da comissão multissetorial de combate à covid-19, Francisco Furtado.

O ministro de Estado e também chefe da Casa Militar do Presidente da República salientou que a pandemia "está controlada em todo o país", razão pela qual foram anunciadas novas medidas para fazer face à doença covid-19.

Francisco Furtado ressaltou a necessidade de se continuarem a observar as regras de biossegurança, designadamente o uso de máscara, distanciamento social e manutenção da higienização.

"Angola está a chegar ao fim da quarta vaga, mas tal só será possível se se continuar a respeitar as regras", frisou.

A proibição do acesso às praias, piscinas e marinas em Angola



entrou em vigor em 01 de outubro de 2021, apenas duas semanas depois de estes espaços de lazer terem sido reabertos.

Os espaços tinham sido reabertos em 16 de Setembro de 2021, depois de mais de ano e meio de interdição e o encerramento foi decretado duas semanas depois da reabertura devido ao aumento significativo de casos positivos durante Setembro, com uma taxa de crescimento de cerca de 13%.

Francisco Furtado sublinhou a necessidade de todos terem a vacinação completa (duas doses), ou seja, terão de fazer prova através do certificado de vacinação, sob pena da interdição de acesso a espaços públicos e fechados, em instituições públicas e privadas.

No caso do acesso aos locais de trabalho, também quem não tiver as duas doses de vacina será impossibilitado de entrar e ser-lhe-á averbada falta.

A reabertura das praias, piscinas e marinas ocorrerá apenas a 5 de Março para garantir a adopção dos mecanismos de controlo e de segurança desses espaços, mas, nas demais actividades, como sejam o acesso a estabelecimentos comerciais, frequência de cerimónias religiosas, assistir a espectáculos desportivos e de outro tipo e uso de transportes públicos, as novas medidas entram em vigor a partir de hoje, 1 de Março, e v vigorar até 31 deste mês.

Nas situações previstas para entrarem em vigor a partir de hoje deixa de haver limitação de lotação, mas será sempre exigida a apresentação do certificado de vacinação com referência à toma das duas doses de vacina.

Depois de 31 de Março, em função da evolução da pandemia em Angola, a comissão multissetorial anunciará eventuais alterações ao que passa a vigorar a partir de 01 de Março.

Quanto às viagens no interior e nas chegadas através das fronteiras terrestres e nos aeroportos internacionais, a entrada no país está limitada a quem apresente certificado de vacinação com duas doses de vacina.

No caso das entradas no país, quem não tiver a segunda dose será imunizado no local, mas terá obrigatoriamente que se sujeitar a uma quarentena/isolamento de sete dias, anunciou ainda Francisco Furtado.



EM LUANDA

Mais de 76% dos elegíveis vacinados

Luanda tem uma cobertura de vacinação de 76,8%, No país, já foi vacinadas 53,4% da população, revelou, esta segunda-feira, em Luanda, o secretário de Estado da Saúde Pública.

Durante a actualização da situação epidemiológica, Franco Mufinda anunciou que, depois de Luanda, seguem-se o Cuanza-Norte, Namibe e Bengo, com 73,4%, 71,7% e 64,8% da população elegível vacinada.

As modalidades de duas ou de dose única voltam a ser lideradas por Luanda, com a cobertura de 46,3%; seguindo Namibe, com 38%; Cuanza-Norte, 34% e Cabinda com igual percentagem.

Desde 2 de Março de 2021, até 28 do mês passado, o acumulativo de vacinação no país aponta para mais de 16,5 milhões de doses administradas, sendo mais de 5,5 milhões de doses completas.

Em comparação a semana passada, houve um aumento de 336.422 doses, com uma média diária de 48.060 doses.

Apesar do abrandamento de algumas medidas que passam a vigorar a partir de hoje, Franco Mufinda reforçou "ser importante que as pessoas reforcem a protecção individual e colectiva, que passa pela higienização das mãos, adesão à vacinação e o uso da máscara facial nos locais públicos".

DESDE 28 DE FEVEREIRO

Máscaras já não são obrigatórias em França

Desde segunda-feira, 28 de Fevereiro, que, em França, o uso de máscara deixou de ser obrigatório em recintos fechados que exigem passaporte sanitário à entrada, como por exemplo bares, cinemas ou restaurantes.

"O passaporte de vacinação permite, num contexto em a pressão epidémica está a ser reduzida, levantar a obrigação de usar máscara em estabelecimentos", disse no início deste

mês Olivier Véran, ministro da Saúde francês, à AFP.

A máscara continuará, no entanto, a ser obrigatória nos transportes públicos do país, de acordo com as regras aprovadas.

O protocolo exigido para casos de contacto de risco também foi aliviado. Em vez dos três testes actuais, no primeiro, segundo e quarto dias, apenas um teste deve ser feito, seja um teste de antigénio ou PCR, no segundo dia após saber que esteve em contacto com uma pessoa infectada.

França continua com o levantamento das restrições sanitárias. Desde 16 de Fevereiro que as casas

de festas puderam reabrir, após estarem fechadas desde 10 de Dezembro.

Segundo dados das autoridades sanitárias, a propagação da covid-19 em França desacelerou na primeira semana de Fevereiro, com uma taxa de incidência 29% menor, e a situação nos hospitais também está a melhorar.

A melhoria da situação também permitiu levantar algumas restrições nas escolas. A partir do regresso das férias de inverno, que dependendo das zonas terão lugar nos dias 21 e 28 de Fevereiro ou 7 de Março, os alunos do ensino básico já não terão de usar máscara no recreio.



A RAINHA ISABEL II voltou, nesta terça-feira, ao trabalho depois de na semana passada cancelar vários compromissos por ter sido diagnosticada com o vírus da covid-19. Realizou duas audiências virtuais, a partir do Castelo de Windsor.

REFERE ANALISTA

Covid abalou mercados em 2020

A crise pandémica abalou inicialmente os mercados financeiros, mas estes recuperaram rapidamente e até valorizaram, devido às medidas de governos e bancos centrais. Gerem agora a incerteza da evolução económica e da guerra entre Rússia e Ucrânia, segundo analistas.

“O mercado de ações teve um desempenho muito melhor do que a economia real. Houve uma quebra histórica, comparável aos anos de guerra dos anos 40. Depois tiveram um desempenho bom no resto de 2020 e em 2021 que teve de ver políticas lançadas pelos governos e bancos centrais que resgataram as economias dos escombros”, afirmou à Lusa o economista-chefe do Banco Big, João Lampreia.

Os mercados financeiros entraram em crash entre finais de fevereiro e março em reação à propagação da pandemia por todo o mundo, com milhões de infectados, registos já de milhares de mortos e recessão económica e desemprego com a paralisação da mobilidade e de grande parte da actividade económica.

9 de Março de 2020, ficou conhecido como ‘segunda-feira negra’ nas bolsas, com quedas

nas principais bolsas internacionais. A recuperação viria a ser relativamente rápida e durante dois anos os mercados tiveram um desempenho acima da economia real, graças à rápida acção dos bancos centrais (sobretudo a Reserva Federal norte-americana, a Fed, acompanhada por outros bancos centrais mundiais) que foi seguida pelos governos (novamente sobretudo nos EUA).



DOAÇÃO DA COREIA DO SUL

Guiné-Bissau recebe mais de 200 mil doses

A Guiné-Bissau recebeu da Coreia do Sul 201.600 doses de vacinas Johnson & Johnson/Janssen contra a covid-19, anunciou o Alto Comissariado para a Covid-19 e o Fundo das Nações Unidas para a Infância

(Unicef). O donativo visa “impulsionar a vacinação em todo o país e contribuir para atingir o total de pessoas vacinadas na segunda fase do plano nacional de vacinação contra a covid-19”, refere, em comunicado, a agência das Nações Unidas.

As vacinas foram doadas no âmbito da parceria com o Fundo

Africano de Aquisição de Vacinas, liderado pela União Africana, e chegaram na sexta-feira à Guiné-Bissau com o apoio logístico da Unicef.

“Esta generosa doação de vacinas por parte da Coreia do Sul para a Guiné-Bissau, como parte de um pacote mais alargado que foi disponibilizado a vários países africa-

nos, é mais um sinal claro rumo à equidade no acesso às vacinas contra a covid-19”, disse Etnoa Ekole, representante da Unicef.

Segundo a representante da agência das Nações Unidas em Bissau, o donativo vai “permitir continuar a vacinar um grande número de pessoas num curto espaço de tempo, uma vez que se

trata de uma vacina de dose única”.

Desde o início da pandemia, o país registou um total acumulado de 7.985 casos de covid-19 e 166 mortos.

Segundo os últimos dados divulgados pelo Alto Comissariado para a Covid-19, na semana passada havia 836 casos activos no país e 14 pessoas estavam internadas.

TENISTA AFIRMA QUE DECISÃO "NÃO AFECTA NINGUÉM"

Djokovic insiste em não se vacinar

O tenista sérvio Novak Djokovic, líder do ‘ranking’ mundial, justificou a decisão de não receber a vacina contra o novo coronavírus devido ao conhecimento que tem do corpo e que, por isso, “não tem impacto nos outros”. “Com base nas informações sobre a vacina, decidi não me vacinar. É a minha posição. Vai mudar? Não sei,

tudo evolui rapidamente, como vemos pelas decisões de certos governos”, disse o jogador, em entrevista ao L’Équipe.

Novak Djokovic foi deportado da Austrália por não estar vacinado e ter prestado falsas declarações à entrada do país e foi impedido de disputar o Open da Austrália. Apesar disso, mantém a recusa em receber qualquer vacina: “não sinto necessidade de o fazer para proteger o meu corpo e não tenho ideia de ser uma

ameaça para os outros. Vacinado ou não, o vírus é transmissível.

O atleta sérvio justificou ainda que a sua carreira no ténis se tem baseado no profundo conhecimento que tem do corpo, o que o faz ter poucas lesões e uma busca permanente para melhorar o desempenho e capacidade física. “O corpo deve funcionar todo o tempo, a todo o vapor durante mais de 15 anos. Quem é que o consegue fazer além do Roger [Federer], Rafa [Nadal] e eu?

(...). Há um enorme trabalho por detrás disto”. Nessa preparação e cuidado com o corpo, Djokovic deu como exemplos o adiamento da cirurgia ao cotovelo em 2018 ou o facto de alterar a dieta alimentar em 2010, levando a que eliminasse a ingestão de glúten.

Djokovic compara-se a atletas como LeBron James, o falecido Kobe Bryant, Tom Brady, Cristiano Ronaldo, como desportistas que dão prioridade permanente a um estilo de vida.



Marcas & Estilos



Utensílios úteis

Sem amendoim? Sem problemas! Com o conjunto AB&J, atendemos às suas necessidades alternativas de manteiga e geleia. Frascos abertos para uma diversão ainda mais interactiva. Essas peças de madeira maciça são torneadas, gravadas e pintadas à mão por artesãos em Ohio. Feito de bordo sólido e coberto com acabamentos não tóxicos.

Para todas as ocasiões

Um design minimalista e uma mentalidade funcional. Esta é a essência do design escandinavo e o que inspirou a gama de arenito de cozinha nórdica. Um design simples e elegante em grés preto que adiciona a esta panela da Eva Solo uma aparência rústica para combinar com o estilo de vida descontraído nórdico.



AUTOMÓVEL

Dignifique-se!

Entre os itens de série, o modelo Equus da Hyundai tem tudo o que um carro de luxo deve ter. Todos os vidros são cobertos com uma película à prova de som, todos os bancos e o volante são revestidos em couro e possuem aquecimento ou resfriamento.

Quem vai atrás é tratado como um rei. No lugar de um banco contínuo, há duas poltronas separadas por um frigobar e sistema multimédia. A poltrona do lado direito possui ajustes electrónicos, apoio para as pernas e tem até funções de massagem.

Ainda há uma mesa de madeira no encosto do banco do passageiro e cortinas com accionamento eléctrico nos vidros traseiro e laterais. As portas possuem um sistema de fecho eléctrico feito por sucção. Sempre que a porta estiver em posição de fecho, a trava puxa a porta automaticamente e a trava.

AGENDA

LUANDA

DE 5 A 6 DE MARÇO

Xyami do Nova Vida acolhe o festival 'Somos a Diversão', das 10h00 às 22h00, com música e muita animação. Bilhetes a 2.500 kwanzas. Mais informações em: 933 00 45 04.

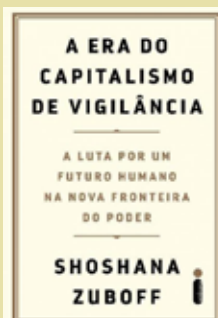
DE 2 A 7 DE ABRIL

Doc Luanda - Festival Internacional de Cinema Documental, organizado pelo Camões - Centro Cultural Português em parceria com a Mukixe Produções Audiovisuais e a empresa CriaCom, dirigido pelo cineasta Jorge António. Sessões de cinema serão gratuitas.

DE 25 A 28 DE MAIO

'Tarfj Forum e Trade Fair', no hotel InterContinental Luanda Miramar. Mais informações em: +233 244 598 017 e +233 507 955 582, ou envie e-mail para westafricamag@gmail.com.

LIVROS



OBRA-PRIMA EM TERMOS DE PENSAMENTO original e pesquisa, A era do capitalismo de vigilância, de Shoshana Zuboff, apresenta ideias alarmantes sobre o fenómeno que ela nomeou capitalismo de vigilância.



PROFESSOR DE CUIDADOS compassivos, Frank Ostaseski reuniu as mais importantes lições que aprendeu ao longo de 30 anos acompanhando pessoas no leito de morte.



TURISMO

Um museu a céu aberto

Tesouro escondido enigmático de uma riqueza cultural e arqueológica quase inimaginável, é difícil pensar no Egipto sem evocar a Esfinge, as pirâmides de Gizé, Luxor, o Vale dos Reis e o Nilo. Além de ser o maior museu a céu aberto no mundo, o Egipto oferece muitos resorts luxuosos no Mar Vermelho, muitos dos quais oferecem mergulho espectacular, snorkeling e windsurf de fácil acesso. A vida marinha diversificada do Mar Vermelho e centenas de recifes de coral fazem de Sharm El Sheikh um ímã para mergulhadores e ecoturistas.

O que não falta são hotéis e similares para se hospedar. O Royal Savoy - Sharm El Sheikh e o Steigenberger Alcazar são apenas algumas das grandes opções, além de lugares imperdíveis para jantar, beber e festejar.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Meio mundo em situação "muito vulnerável"

CLIMA. ONU refere que metade dos habitantes do Planeta estão em situação "muito vulnerável" por causa das alterações climáticas e entre 3 e 14% das espécies terrestres estão ameaçadas de extinção.

Quase metade dos habitantes da Terra, entre 3,3 e 3,6 mil milhões de pessoas, estão em situação "muito vulnerável" por causa das alterações climáticas, alertou esta segunda-feira o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas das Nações Unidas.

No último relatório, concluíram também que entre 3 e 14 por cento das espécies terrestres estão ameaçadas de extinção mesmo se se limitar o aquecimento global a 1,5 graus até fim do século.

Qualquer "atraso adicional" na luta contra as alterações climáticas reduzirá as hipóteses de um futuro sustentável para a humani-

dade, alertam os peritos das ONU.

Cerca de mil milhões de pessoas poderão estar a viver até 2050 em zonas costeiras ameaçadas pela subida das águas do mar e periodicamente submersas por causa de tempestades, adiantam ainda no documento divulgado esta segunda-feira em Genebra.

Em 2020, já havia 896 milhões de pessoas a viver em zonas sujeitas a estas condições.

O painel garante que o aquecimento global já provocou "impactos negativos em grande escala", alguns deles irreversíveis, que afectam a humanidade e a natureza.

"O aumento dos fenómenos extremos meteorológicos e climáticos conduziu a impactos irreversíveis, enquanto os sistemas humanos e naturais foram afectados para lá

da sua capacidade se de adaptarem", afirma-se no relatório, em que se apontam pólos, litoral e montanhas como os ecossistemas que já sofreram danos de que não conseguirão recuperar.

Uma das zonas de "relativa alta vulnerabilidade" é a mediterrânica, onde a produção agrícola poderá cair cerca de 17% até 2050 se se mantiverem as emissões de gases com efeito de estufa ao nível actual.

Apesar de progressos, os esforços mundiais de adaptação às alterações climáticas têm sido, na maior parte, "fragmentados e em pequena escala", considera o Painel, que estima que com os compromissos actuais de redução de emissões poluentes, estas deverão continuar a aumentar "14% durante a actual década".

MEMORIZE

● ONU garante que o aquecimento global já provocou "impactos negativos em grande escala", alguns dos quais irreversíveis, que afectam a humanidade e a natureza.

896

Milhões de pessoas, em 2020, já viviam em zonas sujeitas a inundações.

14 por cento das espécies terrestres estão ameaçadas de extinção.



NÚMEROS DA SEMANA

84

Milhões USD, valor que a Sonangol já facturou com a venda de 18 activos, no âmbito do programa de privatizações (Propriv).

55

Mil, Total de cidadãos que se ocupam da produção e comercialização do pescado em Angola.

24

Mil milhões USD, Receita arrecadada anualmente da actividade da pesca em África, continente que conta com mais 200 milhões de pessoas a dependerem da actividade pesqueira.

4,7

Milhões kz, valor global que as empresas e instituições públicas do Cuando-Cubango devem à Estação dos Correios de Angola.



EUROPEUS ABRIRAM ESCRITÓRIO EM LUANDA

Alemanha incentiva Angola a produzir e a exportar hidrogénio

A Alemanha e Angola abrem, no próximo mês, um gabinete vocacionado para projectos na área de produção de hidrogénio, denominado H2 diplo, na mesma altura em que realizam o primeiro simpósio de Hidrogénio.

A informação é avançada pela embaixada alemã, após Stefan Traumann, embaixador alemão, manter um encontro com o ministro de Estado para a Coordena-

ção Económica, Manuel Nunes Júnior. A intenção da criação foi manifestada no ano passado pelo embaixador alemão durante a apresentação das cartas credenciais ao Presidente da República.

O objectivo do gabinete é fomentar “o desenvolvimento de oportunidades a nível de produção, utilização e exportação de hidrogénio, promovendo a integração da iniciativa privada em suas actividades”.

O embaixador alemão entende que servirá de “um instrumento no caminho da diversificação da

economia angolana” e de apoio ao processo de transição energética de fontes de energias fósseis para energias renováveis.

O segundo escritório de diplomacia do hidrogénio foi aberto no passado domingo 24.02, na Arábia Saudita, antes abriu o da Nigéria no ano passado. O país justifica a estratégia com a necessidade de obter grandes quantidades de hidrogénio para se tornar neutra em relação ao clima até 2045, por isso abre escritórios em países parceiros estrategicamente importantes.

EM JANEIRO

Inflação sobe 2,26%

O mercado registou, em Janeiro, subida na inflação de 2,26%. Os produtos importados foram os que mais contribuíram com 1,64 pontos percentuais (pp), seguidos dos produtos nacionais com 0,62 pp.

De acordo com o boletim sobre o Índice de Preços Grossistas (IPG), do Instituto Nacional de Estatística (INE), os produtos que mais contribuíram para o aumento da inflação são os da indústria transformadora com 1,42 pp, com destaque para a gasosa com 0,62 pp, cerveja com 0,40 pp, farinha de trigo com 0,04 pp.

Entre os nacionais, os produtos da indústria transformadora também são os que mais contribuíram para o aumento, com realce para a carne de porco, com 0,20 pp, o leite em pó com 0,16 pp, a fuba de milho com 0,12 pp, a cerveja com 0,11 pp e o arroz branco agulha com 0,10 pp. Seguem-se o frango congelado, o chouriço e óleo de soja com 0,08 pp cada um, ao passo que o açúcar de cana contribuiu com 0,07 pp.

O IPG registou uma variação mensal, de Dezembro do ano passado a Janeiro de 2022, de 2,26%, sendo 0,01 pp inferior à registada no período anterior e 0,04 pp em relação ao mesmo mês de 2021. A variação homóloga em Janeiro situou-se em 31,20%, tendo um aumento de 3,73 pp, face à observada em igual período do ano anterior.

DUAS PROLONGADAS PERTURBAÇÕES EM MENOS DE UMA SEMANA

Unitel justifica falhas na rede com actualização do software



A operadora de telefonia justificou as sucessivas falhas na rede com a actualização do software desencadeado por um problema que teve na origem do seu fornecedor que afectou os serviços de chamadas e internet.

A direcção da operadora e o Instituto Angolano das Comu-

nicacões (INACOM) reuniram-se esta terça-feira para analisar as razões das constantes perturbações na rede. O director-geral, Miguel Geraldès, frisou que o problema no software afectou outras empresas de telefonia a nível mundial, mas a operadora foi das mais afectadas. “É uma situação que está fora do nosso controlo”, disse à saída do encontro, garantindo que os clientes afectados serão compensados. A primeira perturbação na rede

foi regista a 17 do mês passado, durou quase cinco horas, a operadora dois dias depois comunicou que se tratava de uma avaria de um importante equipamento, incluindo num dos principais centros de processamento de dados de Luanda. A segunda perturbação foi registada no sábado, durou três horas. No entanto, antes das duas grandes perturbações muitos clientes já reclamavam da qualidade da rede da operadora.